

FUNDAMENTOS DE LINGÜÍSTICA

JAN EDSON RODRIGUES LEITE

APRESENTAÇÃO

Caro Aluno e Cara Aluna

Este capítulo contém grande parte do material necessário para o aproveitamento da disciplina Fundamentos de Lingüística. A disciplina que estudaremos aborda, de modo geral, os principais fenômenos da linguagem humana. Em um curso de Letras, em que os profissionais serão habilitados para o ensino de língua portuguesa, entender esses fenômenos é crucial, visto que a língua, como ferramenta de comunicação, compreensão e atuação no mundo, abrange dimensões que interessam a todas as atividades humanas, ainda mais ao ensino.

Procuramos apresentar da forma mais clara possível as principais questões acerca dos fenômenos estudados pela ciência da linguagem, recorrendo sempre aos livros-texto adotados pelo seu pólo de estudo, bem como a páginas da Internet, onde os assuntos discutidos poderão ser aprofundados. Nosso objetivo é, pois, munir os alunos do aparato teórico básico para o desempenho eficaz de suas atividades, bem como aprofundar seus conhecimentos sobre os fatos gerais que envolvem a capacidade da linguagem.

Este capítulo se divide em seis unidades que discutem os textos teóricos e procuram relacioná-los à prática lingüística dos usuários. Essas unidades abordam desde os objetos mais básicos dos estudos da linguagem, até a história da lingüística, suas principais teorias, princípios e a análise da relação língua e sociedade. Lembre-se de que qualquer aula, presencial ou a distância, exige dedicação e leituras. Assim é importante que as leituras obrigatórias sejam feitas antes do início de cada unidade temática para que o seu aproveitamento seja melhorado. Apresentamos também leituras complementares que ajudarão no entendimento integral do assunto estudado, procure sempre fazê-las.

Ao estudar esse material, mantenha um caderno de anotações no qual possa registrar suas dúvidas, questionamentos, opiniões e sugestões. Use suas anotações nos encontros com os tutores presenciais e, principalmente, no contato com o Professor e os tutores a distância. As atividades sugeridas nesse livro contribuirão para o seu aprendizado, não deixe de fazê-las e discuti-las em grupo, a fim de compartilhar suas opiniões com as dos seus colegas. Parte da avaliação da disciplina consiste, exatamente, nos trabalhos, pesquisas e textos que são solicitados nessas atividades. A outra parte da avaliação será feita através de estágios escolares (avaliações) de modo presencial.

O sucesso do seu aprendizado depende muito de você, por isso questione, critique, analise posições, compare teorias, proponha sugestões, seja parte ativa desse curso que você agora começa, para que ao final das disciplinas suas competências, habilidades e atitudes tenham sido acrescidas não só por meio de construtos teóricos, mas pelo acúmulo de experiências positivas.

Um abraço e muito sucesso! Jan Edson Rodrigues Leite

UNIDADE I

LINGUAGEM LÍNGUA E LINGÜÍSTICA

Leitura Obrigatória: PETTER, Margarida. Linguagem, Língua e Lingüística. In FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística**. Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11-23.



REFLEXÃO:

- Após a leitura do texto acima, destaque os pontos que merecem maior aprofundamento.
- Releia o texto, prestando atenção aos pontos que você destacou.
- Agora, prossiga neste capítulo fazendo as leituras abaixo



Sempre que começamos a estudar uma disciplina ou teoria particular, buscamos apreender os conceitos básicos que a definem e a diferenciam de outras teorias e disciplinas. Às vezes esses conceitos básicos são completamente desconhecidos e exigem muito cuidado para que possamos compreendê-los com certa profundidade. Outras vezes, trata-se de conhecimentos que já possuímos, ou de noções sobre as quais já estudamos e que parecem ser de fácil apreensão. No entanto, no decorrer de nossos estudos, percebemos que o que já sabíamos era incompleto, superficial e, em certos casos, até mesmo inadequado.

A lingüística é uma ciência que trabalha com o segundo tipo de conhecimento. As noções que compõem essa ciência são, inúmeras vezes, conhecidas por qualquer pessoa. Ora, qual é o falante que não sabe sua língua, ou que não conhece os aspectos principais da comunicação verbal? Ao estudarmos a lingüística, discutiremos dois grupos de conceitos e noções básicas: um que recupera os conhecimentos gerais, não técnicos sobre a linguagem humana e a língua em particular; outro que apresenta uma visão técnica e especializada sobre estes mesmos aspectos. Não raro veremos que o conhecimento técnico da lingüística se assemelha a algumas noções que já possuímos, como é o caso de certas normas sociais da fala, a diferença entre nossa língua e outros sistemas de comunicação, entre outros. Algumas vezes, porém, perceberemos que a ciência da linguagem – exatamente porque se trata de uma ciência – sistematiza o conhecimento da área em conceitos que são muito profundos e que exigem uma aproximação mais técnica para sua compreensão e exploração.

Nosso objetivo nesse capítulo é abordar de maneira especializada os conceitos e definições básicas da Lingüística, correlacionando-os, sempre que possível, com as noções que fazem parte dos conhecimentos mais gerais dos falantes. Assim, vamos ao que interessa.

Um primeiro conceito a ser descoberto é o de linguagem. Será que esse conceito

não é suficientemente óbvio para ser explicado? O falante comum, não-técnico, costuma pensar no conceito de linguagem humana como se opondo à linguagem de sinais, gestual, corporal, linguagem da propaganda, da computação, etc. As diferenças entre essas noções são, no entanto, o bastante para se formular uma definição? O conhecimento técnico de linguagem exige que, paralelamente, estudemos também a noção de língua, uma vez que ambas são realidades muito próximas para se estudar o fenômeno lingüístico.

Algumas línguas usam apenas um termo para se referir às noções de língua e linguagem (por exemplo, o termo do inglês *language*), tão próximos são os dois conceitos. Convencionou-se atribuir o termo linguagem à capacidade geral que temos, enquanto seres humanos, de utilizar sinais com vistas à comunicação. Assim, essa capacidade chega a nós como resultado de um processo evolutivo. Todos os homens e mulheres, independente de falarem uma língua natural (como português), ou de utilizarem línguas de sinais na comunicação entre surdos, ou de serem acometidos de patologias que prejudicam a comunicação verbal, são portadores dessa capacidade, ou seja, têm linguagem. A língua, por sua vez, é uma noção que sugere que a capacidade de linguagem se atualiza em um material concreto, disponível culturalmente, uma língua natural.

Nos próximos capítulos nos deteremos em outras acepções das noções de língua e linguagem. Por enquanto, é suficiente que fique claro que todo ser humano nasce dotado de uma capacidade geral chamada linguagem, ou faculdade da linguagem, e que essa capacidade se atualiza, se concretiza em uma língua específica, um conjunto de signos e normas que permitem a comunicação em uma comunidade particular.

Difícilmente seríamos o que somos hoje, em termos de conhecimento, acesso a informações, desenvolvimento tecnológico e relações interpessoais, sem uma linguagem e sem uma língua. Todas as nossas atividades cotidianas exigem que, direta ou indiretamente, usemos a capacidade lingüística, seja para nos comunicar com outras pessoas, seja para contar histórias aos nossos filhos, seja para negociar com o gerente de nosso banco, seja para contar uma piada, uma mentira, fazer uma fofoca, etc. A língua/linguagem é atividade constitutiva e incontornável de nossa natureza humana, por isso, possivelmente, qualquer falante tem a habilidade de definir sua língua em oposição a uma língua estrangeira, reconhecer outro falante como usuário de sua própria língua, distinguir uma língua natural de um conjunto de sons ou letras sem sentido.

A lingüística, porém, como o estudo científico da língua/linguagem humanas, se ocupa com questões que provavelmente não incomodariam o usuário comum. Poucos falantes, por exemplo, se preocupariam em estudar a evolução da língua, tanto do ponto de vista de como as formas do latim, por exemplo, evoluíram até chegar ao que constitui hoje a estrutura das línguas românicas, como o português, o francês, o romeno, etc.; quanto do ponto de vista de como a capacidade da linguagem evoluiu na espécie humana ao longo dos milhares de anos que separam o homem moderno dos primeiros primatas.

A lingüística, além de questões como a tratada acima, estuda o modo como a língua se estrutura genericamente, através de propriedades de associação e distribuição, o que corresponde, parcialmente, às tradicionais análises morfosintáticas que fazíamos na escola. Outra preocupação da lingüística é

investigar como um falante sai de um estado em que virtualmente não conhece sua língua materna (porque é bebê, por exemplo) e passa ao estado em que domina as estruturas de sua língua, ou seja, adquire e desenvolve conhecimentos lingüísticos.

Muitas outras são as questões discutidas pela lingüística, as quais serão apresentadas e aprofundadas nas próximas páginas deste capítulo. Apresentaremos agora algumas definições e conceitos elaborados por lingüistas de renome, que indicam a variedade de abordagens que esses fenômenos recebem no campo da ciência lingüística.

1.1. Conceitos

Ferdinand de Saussure (1916)

A língua não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. A linguagem é multiforme e heteróclita; a língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo.



Mikhail Bakhtin



(1929) A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica e isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal. A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.

Edward Sapir (1929)

A linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem idéias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos.



Noam Chomsky (1957)

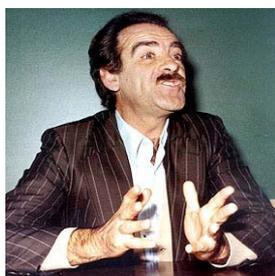


A linguagem é um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em seu comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos.

Noam Chomsky (2000)

A linguagem é um componente da mente/cérebro humanos especificamente dedicada ao conhecimento e uso da língua. A faculdade da linguagem é o órgão da linguagem. A língua é então um estado dessa faculdade.

Carlos Franchi (1977)



A língua é atividade constitutiva.

Pela diversidade dos posicionamentos apresentados acerca da definição de língua/linguagem, percebemos que a lingüística é marcada pela constante discussão e retomada do seu objeto de estudo. Essas posições sinalizam, além do marco teórico defendido por seus autores, uma postura filosófica sobre o papel da linguagem na vida dos seres humanos. Do conjunto de definições, percebemos que a língua ora se apresenta como um sistema de representação da realidade, ora como um instrumento de comunicação, ora como uma forma de ação social. Essas concepções orientam a escolha de uma definição teórica de linguagem.



ATENÇÃO: Concepções de Linguagem

- Linguagem como representação do pensamento e do conhecimento
- Linguagem como um código para a comunicação
- Linguagem como uma forma de ação interativa

O conceito de língua adotado pelo lingüista suíço Saussure instaura, no século XX, a autonomia da Lingüística como ciência. Saussure define língua por oposição à linguagem e à fala. O conceito de ciência nesse período era marcado pela busca de teorias capazes de explicar qualquer fenômeno de modo universal. A linguagem não serviria como bom objeto para a nova ciência porque era “multiforme e heteróclita”, isto é, o conhecimento da linguagem envolveria a investigação de sua natureza mental, abstrata, psicofisiológica, o que extrapolaria os limites da lingüística. Por outro lado, a fala, como fenômeno individualizado não se prestaria à elaboração de uma teoria capaz de explicar todas as línguas. Surge, então, o

conceito de língua, como um recorte feito pelo autor, para explicar o caráter concreto, homogêneo e objetivo do fenômeno lingüístico. A noção adotada por Saussure aponta para língua como um sistema, ou seja, uma estrutura formal passível de classificação em elementos mínimos que compõem um todo. Esses elementos se organizam por princípios de distribuição e associação, verificáveis em todas as línguas naturais.

Mikhail Bakhtin, filósofo e lingüista russo, concebe o fenômeno lingüístico de modo bastante diferente de Saussure. Para este autor, a discussão sobre o caráter abstrato ou individualista da linguagem é simplesmente inadequada. O que constitui a língua é sua natureza sócio-ideológica, isto é, o complexo de relações existentes entre língua e sociedade. Essas relações se materializam no discurso, perceptível nos enunciados proferidos pelos falantes, em situações comunicativas concretas. Bakhtin destaca o papel das relações intersubjetivas entre o falante e o 'outro' como instaurador de uma concepção adequada de linguagem, privilegiando a ação dialógica no curso da história, em uma sociedade.

Para o antropólogo-lingüista estadunidense, de origem alemã, Edward Sapir, o conceito de linguagem perpassa a representação que uma determinada comunidade faz de sua cultura, através dos símbolos que utiliza. A língua é, portanto, uma categorização simbólica organizada. Juntamente com seu associado, Benjamin Whorf, Sapir defende a hipótese de que nós recortamos a natureza, a organizamos em conceitos e atribuímos-lhes significações porque convencionamos culturalmente organizá-la dessa forma. Essa convenção faz parte de um contrato que se mantém através de nossa comunidade lingüística e está codificado nos padrões de nossa língua. Sapir e Whorf defendem que nosso universo mental é determinado pelas estruturas da língua que falamos, e estas estruturas são um recorte arbitrário da realidade.

“A lógica natural diz-nos que a fala é apenas uma manifestação acessória, que diz estritamente respeito à comunicação e não à formulação das idéias. Supõe-se que a fala, ou o emprego da língua exprime apenas o que, em princípio, já está formulado não verbalmente. A formulação é um processo independente, denominado pensamento e considerado muito escassamente tributário do caráter particular das diferentes línguas. O relativismo lingüístico modifica o veredicto do Senhor Senso Comum. Em vez de dizer ‘as frases são diferentes porque evocam fatos diferentes’, passa a dizer ‘os fatos são diferentes’ para os locutores cujo pano de fundo lingüístico atribui a esses fatos uma formulação diferente” (WHORF, 1956, p. 117; 160).

Para o lingüista Avram Noam Chomsky, a linguagem humana baseia-se em uma propriedade elementar biologicamente isolada na espécie humana: a infinitude discreta. Esta propriedade é comparável àquela dos números naturais, ou seja, elementos discretos (símbolos oponíveis entre si) combinam-se produzindo todas as possibilidades de números existentes. No que se refere à teoria lingüística, o autor reproduz o pensamento de Humboldt (séc. XVII) de que a língua possui meios finitos para produzir uma seqüência infinita de enunciados. Esse conhecimento é, portanto, parte de um fenômeno natural, biológico, que nos alcançou através da evolução da espécie.

Chomsky acredita que o conhecimento da linguagem é individual e interno à

mente e ao cérebro humanos. A faculdade da linguagem, para essa teoria, é uma propriedade da espécie humana que varia muito pouco entre os indivíduos e que não tem análogo significativo em outras espécies. A linguagem humana é, portanto, um objeto biológico e deve ser analisada segundo a metodologia das ciências naturais. Assim, um estudo adequado da língua precisa tratar de seu construto mental, uma entidade teórica a que Chomsky se refere como Língua-I, uma propriedade interna do indivíduo.

Segundo o autor, todas as propriedades essenciais da língua são construídas desde o início. A criança não precisa aprender as propriedades da língua a que está exposta, apenas seleciona opções específicas de um conjunto pré-determinado. O órgão da linguagem (faculdade) de uma criança está em estado L (linguagem internalizada). A teoria da linguagem desta criança é a gramática de sua língua. A língua determina uma gama infinita de expressões (som + significado), ou seja, a língua gera expressões na linguagem. Esta teoria de linguagem é chamada de gramática gerativa.

No Brasil, o lingüista Carlos Franchi, da UNICAMP, nos apresenta noção de linguagem que extrapola os limites estruturais, comunicativos e cognitivos dentro dos quais a língua havia sido pensada. Para Luiz Antonio Marcuschi (2003, p. 46), eminente lingüista que comunga com o pensamento de Franchi, “A língua é muito mais do que uma simples mediadora do conhecimento e muito mais do que um instrumento de comunicação ou um modo de interação humana. A língua é constitutiva de nosso conhecimento”.

Bem repetindo Humboldt, a linguagem é um processo cuja forma é persistente, mas cujo escopo e modalidades do produto são completamente indeterminados; em outros termos, a linguagem em um de seus aspectos fundamentais é um meio de revisão de categorias e criação de novas estruturas. Nesse sentido a linguagem não é somente um processo de representação, de que se podem servir os discursos demonstrativos e conceituais, mas ainda uma prática imaginativa que não se dá em um universo fechado e estrito, mas permite passar, no pensamento e no tempo, a diferentes universos mais amplos, atuais, possíveis, imaginários (FRANCHI, 1977, p. 32).

Como atividade constitutiva, a linguagem é incontornável e imprescindível das relações e ações humanas, fazendo parte de nossa natureza e ativamente modelando nossa comunicação, nosso pensamento, nossa interação.

“A rigor, para que existiria linguagem? Certamente não para gerar seqüências arbitrárias de símbolos nem para disponibilizar repertórios de unidades sistemáticas. Na verdade, a linguagem existe para que as pessoas possam relatar a estória de suas vidas, eventualmente mentir sobre elas, expressar seus desejos e temores, tentar resolver problemas, avaliar situações, influenciar seus interlocutores, predizer o futuro, planejar ações” (SALOMÃO, 1999, p. 65).



REFLEXÃO: Após a leitura dos conceitos apresentados pelos diversos autores, procure associar cada conceito a uma das três **Concepções de Linguagem**, que orientam o posicionamento teórico sobre linguagem.

1.2. História Dos Estudos Da Linguagem

A existência de uma ciência da linguagem não é, em si, o ponto de partida para os estudos sobre a relação entre a linguagem e o ser humano. Antes de a Linguística se constituir como ciência, seu objeto, a língua, mantinha relacionamento estreito com muitas disciplinas, tanto do conhecimento científico, quanto do conhecimento popular. Se considerarmos que desde a mais remota era, o homem já buscava formas de se comunicar por meio de trocas simbólicas que possivelmente deram origem à linguagem, tal como ela é hoje, poderíamos pressupor que desde então já havia um interesse latente pelo estudo da linguagem.

Este interesse pela compreensão do fenômeno lingüístico pode ser encontrado no mundo antigo por meio de mitos, lendas e ritos que são comuns a várias culturas (como a origem do homem, a Torre de Babel, etc.), e que fazem parte do conhecimento popular sobre o fenômeno lingüístico, como sua origem (várias culturas acreditam que a língua é um dom divino ou que todas as línguas se originam língua falada entre um deus e o primeiro homem); seu poder de fazer coisas acontecerem (a história da criação do mundo em várias culturas está relacionada ao poder da palavra: “faça-se a luz!”); e a natureza mística das palavras de atraírem o bem e o mal.

Os estudos sobre a linguagem podem ser reconstituídos à aproximadamente quatro ou cinco séculos antes da nossa era. Por razões religiosas, os Hindus foram, aparentemente, os primeiros a empreender a tarefa lingüística de preservar os escritos sagrados do Vedas contra a falsificação. Entre os Hindus, o gramático Panini fez descrição minuciosa da língua falada entre seu povo, que veio a ser descoberta nos fins do século XVIII, popularizando entre os lingüistas e filólogos o estudo do Sânscrito.

Entre os gregos, os estudos da linguagem debruçavam-se sobre as relações desta com os conceitos. Investigava-se se a nomeação de um conceito por meio da língua era tarefa puramente convencional, ou se havia entre palavras e conceitos uma relação natural. O diálogo *O Crátilo*, de Platão, investiga essas duas correntes para explicar como a língua refere-se ao mundo, denominando-as de naturalismo e convencionalismo. O diálogo sintetiza estas posições através da fala de suas personagens: Crátilo, naturalista, acredita que os nomes refletiam o mundo, e Hermógenes, convencionalista, defendia que os nomes das coisas lhes são atribuídos por convenção. Outra personagem, Sócrates, através de quem o próprio Platão expressa sua opinião, oferece a seguinte explicação para o debate:

- Tanto as coisas quanto a linguagem estão em constante movimento;
- No início, os nomes poderiam ter exprimido o sentido das coisas, mas com o movimento, a expressão degenerou-se e as convenções fizeram-se necessárias;
- Os nomes são imitações imperfeitas das coisas;
- A linguagem não pode nos ensinar a realidade, mas nos impede de ver a essência das coisas.

Outro filósofo grego, Aristóteles, acreditava que a função da linguagem seria traduzir o mundo, representá-lo. As estruturas da linguagem, classificadas segundo sua natureza lógica de nomear, qualificar, predicar, etc. refletem as estruturas encontradas no mundo e nos permitem conhecer este. Aristóteles defendia que a lógica pré-existente ao mundo organizado era regente da lógica da língua. Assim, a linguagem teria um caráter secundário em relação à lógica natural. Nesse empreendimento, a estrutura da língua, do discurso e das categorias gramaticais, descrição pioneira de Aristóteles, era apenas um meio de se chegar ao conhecimento das estruturas e da lógica da realidade.

Entre os romanos, que primavam por recuperar a herança helênica, Varrão se propôs a formular a noção de gramática, já presente entre hindus e gregos, como ciência e como arte. Sua obra sobre a língua latina se constitui um compêndio de teorias sobre etimologia, flexão, e rudimentos de sintaxe, nos moldes de uma gramática atual.



PESQUISA: Aprofunde seus conhecimentos: Estude o seguinte texto: A lingüística e sua história. In: WEEDWOOD, Bárbara. **História Concisa da Lingüística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002, p. 21-50.

1.3. Evolução Das Ciências Da Linguagem

Após a tradição hindu, grega e latina, os estudos da linguagem assumiram diversas orientações que indicavam, de certo modo, a contextualização histórico-ideológica vigente em um dado período e em um dado lugar. Assim, costuma-se pensar que a evolução das ciências da linguagem passou por, pelo menos, três períodos em que as idéias lingüísticas refletiam a predominância de certas formas de pensar.



ATENÇÃO: Contextualização histórico-ideológica dos estudos da linguagem

Atitude Teológico-cristã – Até o século XVIII predominava a busca pelas origens, pelos universais da linguagem.

Atitude Histórico-evolutiva – Durante o século XIX a linguagem se moldava à concepção de evolução, mudança e transformação.

Atitude Lógico-formal – Durante grande parte do século XX, a língua se adequa ao conceito de estrutura ou sistema passível de análise a partir de suas unidades menores

Atitude Pragmática – Da década de sessenta do século XX até os dias atuais, os estudos da linguagem estudam forma e função ora dissociados, ora em conjunto. A pragmática instaura a preocupação com o uso da língua em contextos reais.

A lingüística, no século XX, retoma o caráter científico dos estudos da linguagem, determinando como seu objeto a língua. Antes disso, porém, língua e linguagem foram objetos de estudo de inúmeras ciências (como a filosofia, a lógica, a filologia, por exemplo). Parte das investigações sobre a linguagem, nessas ciências, tentava responder à questão sobre o que nos diferencia, enquanto humanos, de outros animais: a língua era sempre apontada com a resposta a essa pergunta.

Na idade média, por exemplo, o foco dos estudos sobre a linguagem, derivados da noção de que a língua tem origem divina, era conceber as estruturas lingüísticas como universais, o que tornava as regras gramaticais um sistema lógico autônomo e independente das línguas naturais. Da atitude teológico-cristã, característica desse período, derivam alguns movimentos que contribuíram para os estudos da linguagem:

- A invenção da imprensa por Johann Gutenberg dá início ao movimento de estudos fonéticos;
- A religiosidade da reforma protestante faz com que se iniciem as traduções da Bíblia para diversas línguas diferentes do latim;
- Os estudos de tradução dão origem às gramáticas das línguas chamadas de vulgares;
- As línguas do novo mundo (Américas) passam a ser descritas pelos missionários e viajantes do século XVI;
- São elaborados os primeiros dicionários políglotas (Ambroise Calepino);
- Os estudos de fonética progredem, gerando a descrição de centenas de línguas;
- Da semelhança entre as línguas descritas, surge a hipótese de que todas derivam de uma mesma origem, o Hebraico.

Ao final desse período, o interesse pela linguagem como dom divino cedeu lugar aos estudos sobre a lógica e a razão. O movimento chamado de iluminista e, posteriormente, o renascimento deslocaram o interesse dos estudos científico-filosóficos da divindade para o homem. Nos estudos lingüísticos, um ícone desse movimento é a Gramática de Port-Royal, que concebe a linguagem como fundada na razão e no pensamento do homem, sendo, portanto, universal e modelo para as gramáticas de outras línguas.

O século XIX incorpora as diretrizes racionalistas da Gramática de Port-Royal e inaugura um interesse pelo estudo das línguas vivas na comparação com outras línguas. Este movimento, denominado histórico-comparativo, dá origem ao método histórico das gramáticas comparadas e à lingüística histórica. O que desencadeia esse programa de investigações é a descoberta do Sânscrito (entre 1786 e 1816), que demonstra as evidências de parentesco entre latim, grego, línguas germânicas, eslavas e célticas com o sânscrito. Essas descobertas indicam que à linguagem pode-se aplicar um modelo biológico de evolução: as línguas são organismos vivos que nascem, crescem e morrem, encontrando um tempo breve de perfeição.

A lingüística histórica surge da possibilidade de desenvolvimentos de métodos e princípios da gramática comparada. A comparação entre as línguas facilitava a

demonstração do parentesco e da evolução histórica de uma língua. O estudo da passagem da língua de um estado para o seguinte se dá mediante a análise das leis que determinavam essa evolução, encontradas particularmente nos textos escritos. Assim, a gramática comparada era, efetivamente, o estudo da evolução contínua das línguas, o que a confundia com a própria lingüística histórica. Nesse movimento, a escola neogramática acreditava que a quase totalidade das transformações lingüísticas poderia ser explicada no domínio da fonética.



REFLEXÃO: Vemos a influência da fonética nas transformações lingüísticas nos exemplos da passagem do latim para o português em *auru*, *paucu*, *lauru* que resultam modernamente em *ouro*, *pouco* e *louro*. A semivogal /w/ do ditongo latino, por ser mais fechada do que a vogal /a/, a aproxima do seu ponto de articulação, transformando-a em /o/.



PESQUISAR: Aprofunde seus conhecimentos:

Estude o seguinte texto: A tradição ocidental até 1900. In: WEEDWOOD, Bárbara. **História Concisa da Lingüística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002, p. 103-124.



AGORA É SUA VEZ: Faça um resumo pessoal para esta unidade, organizando as idéias aqui expostas com suas próprias palavras. Lembre-se de dar um título ao seu texto

Releia este capítulo e grife todas as palavras que você não conhece. Procure o significado dessas palavras no dicionário. Agora converse com um/uma colega e veja se as palavras e definições que ele/ela encontrou são as mesmas que você.



REFLEXÃO: Pense nas perguntas abaixo e depois as responda em seu caderno e no ambiente virtual:

Como você define o conceito de linguagem? O seu conceito se parece com algum dos conceitos apresentados? Qual(is)?

Você conhece alguma lenda, história ou mito sobre a origem das línguas ou sobre o poder das palavras? Conte sua lenda.

Que importância tem a linguagem no seu dia-a-dia? Faça uma lista das atividades em que você precisa da linguagem.

Escolha uma passagem do texto e disserte sobre ela. Lembre-se: na dissertação você deve dar sua opinião e usar argumentos que sustentem seu ponto de vista.

UNIDADE II

A LINGÜÍSTICA E O SEU OBJETO DE ESTUDO

REFLEXÃO: O que estuda a lingüística?

- Pense sobre quais aspectos da língua a ciência da linguagem se interessa. Escreva uma lista dos aspectos.
- Você conhece alguma outra ciência ou teoria que também estude esses aspectos?
- Qual a importância dos aspectos listados para a comunicação, o trabalho e a vida diária dos falantes?



2.1. Linguagens e Línguas Naturais

Ao definirmos linguagem e língua, anteriormente, ressaltamos que, apesar de serem conceitos muito próximos e de difícil recorte, linguagem é costumeiramente relacionada à capacidade geral de utilizar certos tipos de sinais para comunicação, e língua indica uma das possíveis realizações dessa capacidade. Nesse sentido, podemos dizer que qualquer ser humano possui uma linguagem porque tem capacidade de usar uma língua natural como o francês, o japonês ou o romeno; ou que todos os seres humanos são dotados de linguagem, pouco importando qual seja a língua falada pelas pessoas.

Fora do domínio da lingüística também é possível falar em linguagem. Entretanto, esse conceito não é compreendido como referência à capacidade mental ou faculdade de linguagem. Essas diferenças ficam evidentes quando contrapomos linguagem humana e linguagem de programação, como uma ferramenta teórica utilizada para desenvolver softwares, ou programas de computadores, destinados, por exemplo, a expressar instruções para um computador em tarefas como edição de texto, apresentação de páginas na Internet, etc. Também difere o conceito de linguagem daquilo que chamamos de linguagem corporal, linguagem da publicidade, etc. A primeira diz respeito ao conjunto de expressões faciais e posições do corpo que sinalizam intenções e sentidos nem sempre pretendidos pelos usuários. A segunda refere-se ao conjunto de estratégias verbais e não verbais (por meio de imagens, por exemplo) que se destinam a persuadir os consumidores potenciais, fazendo-os aderir ao produto anunciado.

Essa discussão prossegue quando contrastamos, por exemplo, a linguagem humana concretizada em uma língua natural, com outros sistemas de comunicação também humanos, a exemplo dos códigos (de trânsito, convenções de etiqueta, etc.) e linguagens artificiais, como o esperanto; e sistemas de comunicação não humanos, como a “linguagem” animal.

A ciência da linguagem, a par da impossibilidade de se estudar todas as

dimensões da comunicação por meio de trocas simbólicas, escolheu a linguagem verbal humana como objeto privilegiado de investigação. Tal escolha definiu o curso da história da lingüística como sendo a ciência que se ocupou da modalidade escrita das línguas naturais humanas. No século XX, porém, o conceito de língua sofreu relativa transformação, passando a dispensar a própria análise da língua natural em qualquer modalidade, e reduzindo o conceito de linguagem à apenas sua porção concreta e homogênea: a língua.

2.1.1. A linguagem verbal e as linguagens não verbais.



Para Mattoso Câmara (1977, p. 39), lingüista brasileiro de renome, a linguagem é a “faculdade que tem o homem de exprimir seus estados mentais por meio de um sistema de sons vocais chamado língua, que os organiza numa representação compreensiva em face do mundo exterior objetivo e do mundo subjetivo interior”.

A definição do autor, característica da língua verbal oralizada (“sons vocais”), ao mesmo tempo em que conceitua, estabelece a função representativa da língua em relação aos estados mentais interiores e à compreensão do mundo exterior. Esta noção, marca da concepção estrutural de língua, apresenta um recorte saussuriano que desconsidera, em primeiro lugar, as manifestações não oralizadas da língua (como a língua de sinais utilizadas pelos surdos, por exemplo), o papel das ações intersubjetivas dos falantes, a história dos falantes e da língua, assim como a cultura como contexto local de uso da língua.

Não obstante seja essa uma definição bastante incompleta de linguagem, no sentido das noções de deusa de fora, seu recorte é importante para se definir a lingüística como a ciência, cujo objeto não está afetado pelas idiosincrasias do falante, nem pela heterogeneidade multiforme da linguagem. A língua verbal, recuperando o conceito postulado por Ferdinand de Saussure (supra) é sistema de onde depreendemos elementos estruturais que se combinam e se distribuem segundo regras gerais, verificáveis em todas as línguas naturais.

A língua se compreende, desse modo, como chave através da qual o homem acessa as leis de funcionamento da sociedade, e seu conhecimento como hábil a nos mostrar não apenas as regras de seu funcionamento, mas a revelar a própria ordem social. Assim, a língua como objeto da lingüística, se assume como norma de todas as outras manifestações da linguagem.

A língua não se confunde com a linguagem, mas é parte essencial desta, pois constitui produto social da linguagem convencionado pelo corpo social, isto é, pelos falantes considerados como um todo, sendo assim um fenômeno adquirido e convencional.

“A língua fica sendo, como unidade, uma estrutura ideal, que apresenta em si os traços básicos comuns a todas as suas variedades. É a invariante abstrata e virtual, sobreposta a um mosaico de variantes concretas e atuais” (MATTOSO CÂMARA, 1975, p. 9)

O conceito de língua da Lingüística também exclui, em suas primeiras formulações teóricas, a análise da linguagem não-verbal, hoje considerada em muitas abordagens lingüísticas. Os estudos sobre comunicação na atualidade não podem desconsiderar o papel importante desempenhado pelas diversas linguagens e códigos não verbais, auxiliares da compreensão e da interpretação das atividades lingüístico-comunicativas dos humanos.

Entre as linguagens não verbais que têm sido objeto de estudo da lingüística moderna, ao lado da língua verbal, destacamos a comunicação visual presente na fotografia, no cinema, na pintura, etc., além das imagens utilizadas na comunicação cotidiana, como os sinais de trânsito, os cartazes e placas indicativas de lugar (banheiros, restaurantes, telefones) e atividades (proibições de fumar, de usar buzina, etc.).

Outros tipos de comunicação não verbais são os códigos sonoros, também usados no trânsito, ou para indicar atividades de importância privilegiada (os sons dos carros de bombeiros, polícia, ambulância), ou mesmo o código Morse usado para comunicação onde outros veículos são impraticáveis.

Um tipo de comunicação não verbal tem ganhado destaque no cenário científico por acreditar-se, a partir de recentes pesquisas científicas, de que teria dado origem à linguagem humana: trata-se dos gestos. A linguagem gestual está presente mesmo onde a comunicação verbal é recomendada e atua como auxiliar na identificação de desejos, intenções, às vezes não expressos lingüisticamente. Apesar de sua importância, os gestos não são discretos como a língua humana (no sentido de que seus elementos não formam um seqüência finita combinável para produzir enunciados ilimitados). Os gestos variam bastante de cultura para cultura e, apesar de sua facilidade de decodificação, não têm significados universais, nem reconhecíveis em diversas culturas.

REFLEXÃO: No Brasil, o gesto que consiste em fechar os dedos da mão, deixando apenas o polegar levantado significa “está tudo bem”, mas pode ser usado, em algumas regiões para pedir carona, assim como na Europa. No Japão, indica o número 5, na Alemanha o número 1, na Austrália e Nigéria, indica um ato obsceno.



Leia o artigo sobre a origem gestual da linguagem humana em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL29376-5603,00.html>



2.1.2. O estudo da linguagem verbal: a Lingüística e suas interfaces



Leituras Complementares:

PFEIFFER, Cláudia & NUNES, José Horta (orgs.) **Linguagem, História e Conhecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da Lingüística**. Da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

Atividades:

Estes dois textos acompanham toda a disciplina. Uma primeira leitura é recomendada.



Faça um fichamento dos textos à medida que lê. Um fichamento se propõe a destacar as partes principais do texto na ordem em que elas ocorrem, usando marcadores numéricos. O fichamento auxilia na compreensão do texto e na localização mais rápida das idéias principais.

Para saber mais sobre Fichamentos, acesse os seguintes sítios na Internet:

http://www.ucb.br/prg/comsocial/cceh/normas_organinfo_fichario.htm

<http://paginas.terra.com.br/educacao/teletrabalho/Fichamento.htm>

<http://www.caminhosdalingua.com/Resenha.html>

A lingüística se define por seu objeto – a língua – e por seu método, em princípio, estrutural. Com o passar dos anos, tanto o objeto como o método da lingüística passaram por transformações, redefinições, novas abordagens. De língua como sistema de signos convencionais usados pelos membros de uma mesma comunidade à língua como atividade constitutiva, o estudo da linguagem verbal humana evoluiu, redimensionou seu escopo e incorporou preocupações típicas de uma ciência que está no limiar entre ciências humanas, naturais e sociais.

Os estudos da língua empreendidos por Saussure se caracterizavam pela superação do método histórico-comparativo, da tradição historicista-evolutiva do século XIX, que procurava ver as semelhanças entre as línguas, de modo a descobrir sua relação com uma protolíngua (ou língua mãe). Saussure, de modo contrário, deriva sua análise para a perspectiva formal, privilegiando a concepção de língua como sistema de relações lógicas, inscritas na sociedade. O sistema se compõe de signos arbitrários e com valor representacional dentro da estrutura lingüística. Esse formalismo estruturalista, apesar de conceber a linguagem como fenômeno social, a analisa como entidade formal.

Essa concepção de língua é feita com o sucessivo sufocamento do sujeito (a rigor, a língua não é função do falante, sendo apenas produto passivo registrado

por este), da cultura e da história (a estrita forma lingüística não abre espaço para análise semântica ou pragmática). Ora, a posição saussuriana de lingüística se sustenta exatamente em virtude de seu objeto ser extremamente asséptico (livre de traços subjetivistas) e controlado pelo ponto de vista sincrônico (desconsideração da evolução das formas da língua) e formal. É de se pensar, entretanto, que tamanho reducionismo não estivesse na pretensão inicial de Saussure, sendo resultado da leitura inadequada de sua teoria, feita pelos compiladores do Curso de Lingüística Geral.

Em direção complementar à de Saussure, em diversos aspectos, Chomsky postula a concepção de língua como fenômeno mental, analisando-a como uma entidade neurobiológica. Chomsky preserva as mesmas propriedades formais de Saussure no método de análise da língua, diferenciando-se deste no que diz respeito a aderir a um formalismo mentalista, em oposição ao formalismo estruturalista de seu antecessor. De modo semelhante a Saussure, Chomsky ignora a cultura, a história, a semântica e a pragmática dos seus objetivos. Elege, entretanto, o sujeito a papel principal na atividade lingüística, tendo esta função exclusiva na atividade cognitiva da linguagem.

Difere dos autores anteriores, a noção de linguagem trazida à cena lingüística a partir da leitura no ocidente, dos escritos deixados pelo russo Mikhail Bakhtin. Bakhtin rechaça as posturas filosóficas adotadas por Saussure e, por tabela, por Chomsky, assim como aquelas encontradas na lingüística histórica, e propõe uma noção de língua que abrigue os conceitos de atividade social e dialogicidade (em termos mais simples, interação intersubjetiva). O autor concebe uma visão de linguagem não dissociada da natureza sócio-ideológica das atividades humanas, o que supõe compreender língua e sociedade como sendo complementares e tendo relações dinâmicas.

A adoção das idéias de Bakhtin, por alguns lingüistas, bem como o desenvolvimento de estudos de pragmática no campo da filosofia da linguagem, levaram a lingüística da segunda metade do século XX a conceber seu objeto como forma de ação, fortemente vinculada às atividades de comunicação, de interação, de pensamento, de conhecimento, etc. Essa redefinição abriu espaço para que a língua percebesse sua interface com outras disciplinas e para que o fenômeno lingüístico fosse compreendido como constitutivo da vida humana.

Assim, a partir dessa nova abordagem, a lingüística começa a abrigar disciplinas que se ocupam das relações entre a forma lingüística e a produção textual discursiva, como é o caso das análises do discurso, da conversação e da lingüística textual; entre a variação das formas lingüísticas e os fenômenos sociais que lhe dão origem, como na sociolingüística; entre as relações entre língua e mente, língua e cérebro, língua e cognição, o que dá origem às disciplinas da Psicolingüística, Neurolingüística e Lingüística Cognitiva. Estas são apenas algumas das interfaces dos estudos lingüísticos que serão estudadas com mais vagar nos próximos textos. Saliente-se que nossos objetivos aqui são elementares, e algumas vezes, apenas informativos. Remetemos o leitor à bibliografia no final, às sugestões de leitura ao longo do texto e ao material complementar no CD-ROM e no ambiente virtual.

2.2. A Especificidade da Linguagem Verbal



Leitura Obrigatória:

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. In **Introdução à Lingüística**. Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p. 60-65.



REFLEXÃO:

- Após a leitura do texto acima, destaque os pontos que merecem maior aprofundamento.
- Releia o texto, prestando atenção aos pontos que você destacou.
- Agora, prossiga neste capítulo fazendo as leituras abaixo

O estudo da linguagem verbal, não obstante aponte para a natureza exclusiva desse fenômeno entre os humanos, apresenta semelhanças com outras formas de troca simbólica encontradas na natureza e em outras espécies.

O que torna a língua objeto específico da lingüística não é seu caráter comunicativo, facilmente encontrado em outros tipos de linguagens (como aquelas que citamos anteriormente) e mesmo entre certos animais, como as abelhas e outros insetos. Também não constitui característica específica da língua, o fato de contar com elementos significativos (o signo lingüístico) recortados arbitrariamente na sociedade. Outras linguagens, igualmente simbólicas, trabalham com material essencialmente arbitrário, como é o caso da escolha de cores usadas nos códigos de trânsito, ou os símbolos das artes gráficas.

A noção de língua como sistema, tão cara às primeiras investidas teóricas da lingüística, apesar de inédita no tratamento da linguagem verbal, não é específica da língua humana. Outras formas de comunicação não lingüísticas, a exemplo dos mapas, ou do desenho industrial, adotam a noção de sistema para representar simbolicamente os componentes de uma região mapeada, de maneira proporcional ao todo.

Duas outras noções caras ao conceito de língua – seu caráter linear e discreto – podem ser igualmente verificadas em outros sistemas de comunicação não lingüística. Por linearidade, entende-se a característica de dois elementos na língua não poderem ocupar o mesmo espaço no tempo, isto é, a mensagem lingüística desenrola-se no tempo e os elementos que a compõem sucedem-se sempre um após o outro. Essa característica, apesar de presente na linguagem verbal humana em oposição às outras modalidades, como a pintura, em que a mensagem é percebida como um todo, também é parte da natureza da música, dos códigos de trânsito, do cinema, etc.

Quanto à natureza discreta do signo lingüístico, isto é, sua propriedade de ser um todo significativo oposto a outro todo significativo, combináveis entre si para

produzir outras seqüências, convém lembrar que essa propriedade já é encontrada na matemática, em que um elemento ou é, ou não é, ou seja, não há gradações entre as unidades que compõem a linguagem matemática, assim como não há mais ou menos **p** ou mais ou menos **b**. A linguagem da computação é outro exemplo de um sistema simbólico que utiliza essa propriedade que não é exclusiva da linguagem verbal.

O que parece caracterizar especificamente a língua, na opinião dos teóricos da linguagem, é sua capacidade de articular-se em, pelo menos, dois níveis distintos, especificidade não encontrada em nenhuma das linguagens e códigos até aqui citados. Essa propriedade permite distinguir, por exemplo, o choro da criança, ou um grito de dor, ou ainda a produção involuntária de um ruído pelo ser humano, daquilo que chamamos de língua articulada.

Quando se diz que a língua humana se articula em dois níveis, sugere-se que na seqüência linear, discreta e arbitrária dos elementos do sistema lingüístico podem ser encontrados níveis diferentes de análise. Em primeiro lugar, o signo lingüístico, por uma propriedade de comutação dos seus elementos é passível de desconstrução e reconstrução com novos significados. É o caso de <menininhas> que se desarticula em <menin-inh-a-s>. Aplicando-se a comutação dos elementos significativos, essa seqüência pode ser rearticulada como: <menin-inh-o-s>; <menin-inh-a-Ø> (o símbolo Ø representa um espaço vazio, referindo-se, portanto, à forma no singular); <menin-on-a-s>; etc. Esse nível de análise é denominado de primeira articulação.

A segunda articulação é aquela que está no nível das unidades mínimas na linguagem. Estas unidades distinguem-se umas das outras por serem discretas, isto é, formam pares de oposição umas em relação às outras, e por serem dotadas de propriedades combinatórias. Essas unidades, chamadas de fonema, encontram-se no nível mais básico de articulação da língua. Atribuindo-lhes a mesma função comutativa, pode-se gerar formas significativas diversas, como em: /m a r/, /m a l/, /s a l/, /s o l/, /s o m/, etc.

Apesar de a dupla articulação ser a característica mais específica da linguagem verbal humana, um conjunto mais amplo de traços distintivos, alguns dos quais citados nessa seção, é o que diferencia a língua de outros sistemas de comunicação simbólica.

2.2.1. Os traços característicos do signo lingüístico e da linguagem verbal

O lingüista estadunidense Charles Hockett, ao descrever a origem da fala, posiciona-se a respeito das características que diferenciam a linguagem verbal de outras linguagens, especialmente os sistemas de comunicação verificados em algumas espécies de animais. Para o autor, o homem é o “único animal que pode se comunicar por meio de símbolos abstratos, ainda que essa habilidade compartilhe de muitas características com a comunicação em outros animais e tenha derivado desses sistemas mais primitivos” (1960, p. 5).

O autor apresenta um conjunto de treze características da linguagem, a partir de evidências empíricas de que todas as línguas compartilham cada um desses traços. Alguns desses traços podem ser encontrados na comunicação entre

animais, mas apenas na linguagem verbal humana, em sua modalidade oral, todas as características se encontram reunidas. Vejamos, conforme Hockett (1960, p. 5-12).

Características da Língua Verbal

Uso do canal auditivo e vocal

1. Uso do canal auditivo e vocal

O modo de comunicação da língua humana é preferencialmente auditivo-vocal, ou seja, utilizamos o aparelho vocal (boca, língua, faringe, pregas vocais, etc.) para produzir e emitir os sinais lingüísticos, e o sistema auditivo para compreendê-los. O uso de sistemas diferentes na língua humana, como o táctil-visual, só ocorre quando há impossibilidade de se recorrer ao canal auditivo-vocal, como em caso de patologias do trato vocal ou surdez. O canal olfativo, usado por muitas espécies de insetos que se comunicam pela emissão de feromônios, não é usado na língua humana.

2. Transmissão aberta e recepção direcional

A fala humana é transmitida de modo amplo, aberto, ou seja, o sinal lingüístico pode ser ouvido por qualquer pessoa que esteja ao alcance das ondas sonoras emitidas, e não apenas por aquele ouvinte a quem dirigimos nossa mensagem. Por outro lado, qualquer ouvinte é capaz de reconhecer a origem da emissão e identificar o falante, por meio da recepção direcional.

3. Transitoriedade

O sinal lingüístico tem rápida duração, isto é, as mensagens emitidas oralmente, ao contrário das imagens gráficas, não permanecem no tempo e no espaço após serem produzidas.

4. Intercompreensão

Os indivíduos que usam a língua podem enviar e receber qualquer tipo de mensagem permitida no sistema comunicativo. Isto quer dizer que somos capazes de dizer aquilo que compreendemos, ainda que não usemos os termos precisos da mensagem, porque a reconhecemos e a reproduzimos dentro das possibilidades que o sistema lingüístico nos fornece.

5. Monitoração

Os usuários da língua podem falar e ouvir ao mesmo tempo. Por isso, são capazes de perceber o que estão transmitindo e corrigir seus erros e incompreensões.

6. Especialização

Os sinais que utilizamos lingüisticamente são especializados para a fala. Isto quer dizer que só se prestam primeiramente a este fim. Não é o caso de produções sonoras involuntárias que indicam estados do nosso organismo, como o espirro. Os sons da fala se combinam entre si para evocar uma significação externa a eles.

7. Semânticidade

Existem relações associativas entre os elementos da língua e características do mundo, na produção de significado, isto é, as formas lingüísticas são usadas para denotar algum tipo realidade, como, por exemplo, quando se diz “Estou gripado”, essa seqüência de sinais formam uma mensagem que indica um estado de saúde do indivíduo.

8. Arbitrariedade

Não há uma conexão lógica ente a forma das estruturas lingüísticas e o significado que essas acionam. Os sinais da língua são estabelecidos por pura convenção, assim, não seria razoável pensar que entre a forma da palavra ‘gripe’ e a condição de saúde que ela indica haveria algum tipo de semelhança.

9. Uso de sinais discretos

As mensagens no sistema lingüístico são compostas de elementos menores e repetíveis. Esses elementos não são percebidos analogicamente, isto é, não formam um contínuo. Os sons da língua são percebidos em termos de sim ou não, isto é, não existe mais ou menos **p**, ou mais ou menos **b**, a percepção é categórica: ou é **p**, ou é **b**.

10. Deslocamento

As mensagens lingüísticas não se referem apenas a eventos contextualizados em termo de aqui e agora. Podem se referir a coisas remotas no tempo, no espaço, ou em ambos, a coisas fora do contexto imediato de comunicação.

11. Produtividade

Os usuários da língua não têm limite para a produção e compreensão das formas da língua. Podem criar e entender mensagens absolutamente inéditas, combinando os elementos disponíveis na língua para adequar a mensagem aos contextos de uso.

12. Transmissão cultural

As convenções de uma língua são apreendidas através da interação com usuários daquela mesma língua. Uma criança só adquire a língua da cultura a que está circunscrita, ou seja, a língua com a qual tem contato através do convívio com outros falantes.

13. Dualidade

Um grande número de elementos significativos da língua são constituídos de um conjunto convenientemente pequeno de unidades que, apesar de serem desprovidas de significação, possuem a habilidade de combinar-se para produzir mensagens. Isto dá à língua a flexibilidade de articular-se na produção de suas estruturas, sem recorrer a novas formas cada vez que quiser nomear algo novo.

2.2.2. Linguagem e suas funções.

Leitura Obrigatória:



BARROS, Diana Pessoa. A comunicação humana. In FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística**. Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p. 24-41.



REFLEXÃO:

- Após a leitura do texto acima, destaque os pontos que merecem maior aprofundamento.
- Releia o texto, prestando atenção aos pontos que você destacou.
- Agora, prossiga neste capítulo fazendo as leituras abaixo

É muito comum, entre pessoas não especializadas em lingüística referir-se à linguagem como sendo prioritariamente um veículo de comunicação. A idéia de que a linguagem serve para propósitos fundamentalmente comunicativos também já foi defendida por lingüistas em épocas passadas, especialmente quando as ciências da informação e teoria da comunicação davam suas primeiras passadas, e quando a pesquisa tecnológica fomentava a elaboração de modelos e veículos de comunicação.

Na lingüística, um dos primeiros teóricos a destacar as funções da linguagem na comunicação, foi o russo Roman Jakobson. Seu modelo de análise da língua derivava de outros esquemas feitos especialmente pela teoria da comunicação para explicar o trajeto que uma mensagem percorria desde sua produção até seu destino. Assim, se considerava como modelo de comunicação aquele em que a mensagem, partindo de uma fonte de informação, e sendo codificada por meio de transmissor, dependia de um sinal físico para chegar ao receptor, onde seria decodificada e entregue ao destinatário.

Esse modelo de comunicação, a par de sua importância, apresentava várias dificuldades que o tornavam inadequado para explicar qualquer tipo de comunicação, uma vez que simplificava o processo comunicativo verbal, considerando-o linear e mecanicista, ou seja, considerava as questões puramente lingüísticas da comunicação.

Roman Jakobson



Bertil Malmberg e Jakobson foram responsáveis pelo processo de reformulação do modelo de comunicação. Malmberg (1969) introduz no modelo a representação do código, situando a atualização das unidades lingüísticas entre o código e o emissor; introduz também a preocupação com a relação do emissor e elementos extralingüísticos e aponta as diversas fases de codificação e decodificação da

mensagem. Jakobson (1969), por sua vez, amplia a proposta teórica de Malmberg, demonstrando a relação entre emissor e destinatário na produção e compreensão da mensagem, assim como a necessidade de consideração de um referente contextual, um código e um canal físico que fossem compartilhados por ambos emissor e destinatário.

O modelo resultante dessa ampliação é o mais conhecido entre os estudiosos da linguagem na atualidade:



As funções da linguagem propostas por Jakobson partem da consideração do modelo de comunicação acima, focalizando cada um dos elementos presentes na comunicação. Assim, em qualquer processo comunicativo, alguns elementos assumem papel central e são mais focalizados do que os outros. A função da linguagem que ganha destaque é, por isso, aquela que melhor se adequa à centralidade de qualquer um dos itens constantes no processo comunicativo. O realce particular de cada um dos componentes do modelo comunicativo é feito a partir de uma das funções da linguagem, apresentadas no quadro seguinte:



A função da linguagem centrada no componente contextual da comunicação é chamada de referencial ou informativa, pois coloca em evidência o conteúdo da mensagem, ou seja, apresenta a informação a ser veiculada de modo objetivo e claro, sem fazer referência ao emissor ou destinatário, e sem se valer da estrutura lingüístico-textual da mensagem. É a função mais encontrada no discurso jornalístico e acadêmico.

A função emotiva coloca em evidência o componente comunicativo emissor da mensagem. Os procedimentos lingüísticos encontrados nessa função destacam o remetente como parte do conteúdo veiculado, expressando, às vezes, o caráter emocional e afetivo do enunciador. Os efeitos dessa função são a subjetividade e proximidade do sujeito que veicula a mensagem do conteúdo desta. Esta função predomina em textos que destacam o eu-lírico ou o próprio enunciador, como as poesias.

A função conativa da linguagem traz ao centro da comunicação o destinatário. Este é eleito o principal foco do processo e a mensagem se destina a agir sobre ele. Essa função é cotidianamente utilizada quando agimos sobre outrem, dando conselhos, fazendo perguntas, pedidos e ordens. Em usos mais técnicos da linguagem, é na linguagem da publicidade que se destaca o uso da função conativa, já que suas técnicas procuram convencer e persuadir o destinatário, produzindo nele comportamentos desejados.

A função fática da linguagem focaliza a utilização do canal de contato entre emissor e destinatário. Esta função objetiva quase sempre a testar a existência ou manutenção do canal de comunicação, essencial à preservação desta e à veiculação da mensagem, além de eliminar os ruídos que impedem a comunicação, sejam estes ruídos físicos, ideológicos ou psicológicos, mantendo o ambiente de relações comunicativas favorável às atividades dos falantes. Os efeitos dessa função são a aproximação do remetente ao destinatário, produzindo interesses comuns, e efetivando a manutenção da interação.

A função poética da linguagem evidencia a estrutura e a natureza da própria mensagem veiculada. A língua é utilizada para produzir mensagens que chamem à atenção o destinatário pela forma como são construídas, elaboradas. Essa função destaca a estrutura e organização interna da mensagem, de forma que o conteúdo seja secundário na mensagem que se está a veicular. A publicidade e o marketing, assim como a literatura, são formas de uso da língua em que se encontra com mais frequência a aplicação dessa função.

A função metalingüística é aquela em que a utilização do código se define como elemento central na comunicação, e se presta a veicular uma mensagem sobre o próprio código. Geralmente o entendimento da metalingüística se define pelo fato de o código se tornar objeto da comunicação, possibilitando assim sua avaliação, sua adequação, e sua significação no processo comunicativo. A metalingüística é encontrada, quase sempre, na conversa cotidiana, em que nos deparamos com dúvidas sobre o uso ou significação de certa estrutura lingüística, ou ainda nos glossários e dicionários aplicados aos usos mais técnicos da linguagem.

As funções da linguagem, como descritas por Jakobson, pressupõem a concepção de que a língua tem como função maior e vital os processos de comunicação. Assim, cada uma das funções aqui descritas corresponde às opções

do falante de destacar um aspecto da comunicação sobre o outro. No entanto, considerar que o papel da língua é apenas comunicar, é reduzi-la a um código que em nada difere de outros sistemas de comunicação até agora estudados.

A língua não é, entretanto, apenas um meio de comunicação. Algumas das funções da língua nem ao menos se detém sobre o processo comunicativo, como é o caso de considerá-la um sistema de categorias que nos permite organizar o conhecimento em estruturas significativas. O conhecimento da realidade não chega até nós em formas originais, abstratas. Depende, em grande parte, de uma estruturação cognitiva, da organização das experiências em termos compreensíveis. Para isto serve a língua. Desse modo, as funções primárias da língua não são essencialmente comunicativas: a língua tem função simbólica, já que é uma forma de conhecimento construída coletivamente na sociedade que nos permite estruturar a experiência humana de forma significativa. Tem também função discursivo-interativa, pois nos permite compartilhar essas experiências e conhecimentos de modo intersubjetivo na cultura.

M. A. K. Halliday



O lingüista britânico Michael Halliday acredita que a função comunicativa proposta por Jakobson se desdobra em duas funções: a interpessoal e a textual, às quais acrescenta uma terceira – a função ideacional. Por esta função, compreende-se a linguagem como um sistema organizador dos fenômenos do mundo, capaz de filtrar, a partir do significados das estruturas lingüísticas, a realidade de modo compreensível e acessível aos falantes. A função interpessoal oferece aos falantes a oportunidade de organizar seus papéis na interação, segundo as situações sociocomunicativas do discurso. Por função textual, entende-se que a língua se apresenta de modo pertinente à situação de

enunciação, e não como um mero conjunto de palavras e orações gramaticais (HALLIDAY, 1978, p. 21-22).

AGORA É SUA VEZ:

- Escolha alguns textos de jornais, revistas, livros didáticos, publicidade, etc. e identifique as funções da linguagem presentes nos diversos exemplos que você escolheu.
- Observe os diferentes códigos e linguagens (em sentido amplo) existentes ao seu redor (sinais de trânsito, gestos, comunicação animal, etc.) e compare-os com a linguagem verbal humana, destacando que características podem ser encontradas nos diferentes tipos de linguagens.
- Em função da leitura do texto, responda:
 - 1 - Sobre quais tipos de linguagem a Lingüística não se interessa?
 - 2 - Esses tipos de linguagem poderiam ser objetos de estudo de quais ciências ou teorias?



UNIDADE III

A DIMENSÃO ESCRITA, ORAL E GESTUAL DA LINGUAGEM

Leitura Obrigatória:

STUBBS, Michael. A língua na educação. In **Língua Materna**. Letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 128-136.



REFLEXÃO:

- Após a leitura do texto acima, destaque os pontos que merecem maior aprofundamento.
- Releia o texto, prestando atenção aos pontos que você destacou.
- Agora, prossiga neste capítulo fazendo as leituras abaixo



3.1. Modalidades Escrita e Oral

A língua é compreendida formalmente como um conjunto de signos convencionais usados pelos membros de uma mesma comunidade. Isto é, um grupo social convencionado e utiliza um conjunto de elementos representativos das significações presentes no cotidiano. Desse modo, o signo lingüístico se estrutura em duas facetas que correspondem aos aspectos da linguagem humana: um **significante** que é uma estrutura formal da língua a que se chega a partir das regras combinatórias e distribucionais dos menores elementos articuláveis (os fonemas ou sons; os morfemas ou formas); e um **significado** que corresponde ao conteúdo significativo daquilo que as formas da língua expressam.

O significante indica, na utilização da língua humana, um plano de expressão, ou seja, a concretização da língua em uma modalidade apropriada para a transmissão de conteúdos e mensagens. A modalidade primeira de uso da língua é a **fala**. Cada pessoa, ao utilizar a língua do seu grupo social, o faz de uma forma individual, personalizada, dando preferência a determinadas construções ou palavras. Isso é uma característica da fala. Entretanto, por mais criativa que seja, a fala está contida no conjunto mais amplo da língua, de modo a tornar o falante entendido por todos os membros da comunidade lingüística.

Outra modalidade de expressão e concretização da língua é a **escrita**. Desnecessário dizer que a escrita tem sido objeto da maioria dos estudos sobre a língua. Desde os primeiros gramáticos hindus, aos lingüistas históricos, até os dias de hoje, a língua escrita é objeto privilegiado de estudos, por razões que não são necessariamente lingüísticas, já que a escrita exerce um papel predominante nas sociedades tecnológicas atuais, dando aos seus usuários o *status* de letrados, competentes, intelectuais.

Apenas a partir dos estudos lingüísticos do século XX, derivados do postulado da igualdade essencial entre as línguas e do caráter universal do sistema lingüístico, é que línguas naturais sem escrita passaram a ser objetos da descrição dos lingüistas. Esse avanço trouxe a modalidade falada para os estudos acadêmicos, que passaram a conceber, entre outras coisas, a existência de variações lingüísticas impulsionadas por regras observáveis na fala dos indivíduos. Essa concepção tem como repercussão mais importante a impossibilidade de se tratar variedades e línguas como melhores, mais complexas ou mais elaboradas que outras, uma vez que sua cada língua adapta-se às necessidades dos falantes, tanto tecnológicas quanto culturais.

A lingüística na modernidade consegue, desse modo, equilibrar o peso social da escrita, evitando que falantes de variedades faladas sejam objeto de preconceitos sociais. Entre os argumentos usados para esse fim, estão o de que a língua falada exerce prioridade histórica, estrutural, funcional e biológica sobre a escrita (Cf. LYONS, 1987, p. 25-28).

- 1 - Por **prioridade histórica** entende-se o fato de a fala ser comum a todas as sociedades humanas, desde que a espécie humana desenvolveu essa capacidade. Não se tem notícias de culturas privadas da fala, mas podemos encontrar inúmeros povos que não possuem uma escrita. Até o século XIX, por exemplo, a maior parte da população mundial era analfabeta, e o mesmo ainda acontece em vários países do mundo. Isto não quer dizer, entretanto, que a capacidade lingüística desses indivíduos seja reduzida, ou que suas práticas culturais não sejam civilizadas. Grandes descobertas mundiais ocorreram em épocas em que a escrita era privilégio de muito poucos.
- 2 - Por **prioridade estrutural** compreende-se que a língua falada, em uma situação idealizada, tem estruturas mais básicas as quais são reproduzidas na escrita. Por exemplo, o fato de os sons da fala combinarem-se entre si na produção de enunciados, reflete uma estrutura que ocorre posteriormente na escrita, com unidades gráficas que se combinam da produção de palavras. No caso da escrita alfabética, percebe-se, por exemplo, que os símbolos gráficos são representações dos sons da língua falada. Essa propriedade não se aplica em línguas com sistemas escritos ideacionais, como os hieróglifos ou os ideogramas das línguas orientais, como o japonês e o chinês.
- 3 - A **prioridade funcional** indica que a fala, mesmo nas culturas em que a escrita faz parte, de maneira fortemente arraigada, das atividades burocráticas, tecnológicas, industriais, é ainda a modalidade utilizada na maioria das situações de uso da língua pelos falantes. Cotidianamente, tanto em situações que exigem maior formalidade, quanto naquelas mais informais, a fala tem prioridade de uso, sendo a escrita usada de maneira complementar ou acessória, ou quando o canal vocal-auditivo se torna ineficiente.
- 4 - A **prioridade biológica** da fala sobre a escrita faz parte de um campo teórico que acredita que o homem é geneticamente programado para a linguagem, sendo essa um produto da evolução da espécie, que nos permite adquirir a língua a que somos expostos, produzindo e reconhecendo, primeiramente, e em situações normais, os sons da fala. Neste sentido, a prioridade biológica indica que não **aprendemos** a língua em sua

modalidade falada, mas a **adquirimos** naturalmente. A escrita por outro lado, é o resultado de um processo de **aprendizagem** não natural, e tem natureza técnica.

3.1.1. Fala e Escrita

Através dos tempos, a língua escrita foi alçada à condição de prestígio na sociedade, tanto porque foi alvo do maior número de estudos das ciências da linguagem, da filologia, da gramática, etc, quanto porque este sempre associada às práticas intelectuais, eruditas, domínio de poucos 'iluminados', especialmente em séculos passados. Essas duas razões do privilégio atribuído à língua escrita têm uma base comum, o prestígio sócio-político que os usuários da modalidade escrita sempre tiveram na sociedade.

Com a finalidade de, cada vez mais, distanciar a língua escrita (dos poucos esclarecidos) da língua oral (a modalidade da "massa") e, com isso, acentuar as diferenças sociais entre esses dois grupos, muitos teóricos geraram quadros comparativos em que demonstravam a natureza complexa, erudita da escrita, em relação à realização quase simplória da fala. Ingedore Koch, lingüista brasileira, ao criticar essas teorias, apresenta um quadro que sintetiza as posições dos teóricos a respeito das diferenças entre fala e escrita (1992, p. 68-69).

FALA

1. não-planejada
2. fragmentária
3. incompleta
4. pouco elaborada
5. predominância de frases curtas, simples ou coordenadas
6. pouco uso de passivas

ESCRITA

1. planejada
2. não-fragmentária
3. completa
4. elaborada
5. predominância de frases complexas, com subordinação abundante
6. emprego freqüente de passivas

Outras comparações encontrada sobre fala e escrita destacam as seguintes diferenças:

FALA

- 1. Vocabulário restrito, emprego de gírias, neologismos, onomatopéias, etc.**
- 2. Excesso de repetições**
- 3. Emprego restrito de tempos verbais**
- 4. Emprego inadequado de pronomes relativos**
- 5. Omissão de palavras**
- 6. Frases feitas, chavões, provérbios**

ESCRITA

- 1. Vocabulário amplo, variado, uso de termos técnicos, eruditos, abstratos**
- 2. Sintaxe elaborada**
- 3. Uso do mais que perfeito, subjuntivo, futuro do pretérito**
- 4. Adequação pronominal**
- 5. Clareza, sem omissões e ambigüidades**
- 6. Uso criativo das frases**

Para Koch, as distinções apresentadas nem sempre distinguem fala e escrita, especialmente porque uma modalidade pode se aproximar da outras em situações mais ou menos formais, ou seja, a escrita informal se aproxima da fala, enquanto que a fala formal se aproxima da escrita, em situações comunicativas variadas. Desse modo, fala e escrita, ao invés de modalidades opostas, estão em relação contínua no processo de interação verbal.

Quanto às diferenças, a maior crítica que se faz aos quadros apresentados é que eles analisam modalidades diferentes de língua, aplicando-lhes os mesmo critérios, ou seja, as características encontradas apenas na escrita. Desse modo, quando se diz que a fala não é planejada, deve-se analisar esse critério em referência à escrita: a fala não passa, de fato, pelo mesmo processo de planejamento prévio por que passa a modalidade escrita. O planejamento da fala, em função de sua natureza interacional, é localmente planejada, isto é, o falante planeja e replaneja sua contribuição a cada momento da interação, em tempo real.

Pelo fato de o texto falado não se apresentar pronto, acabado, mas em processo de construção, do qual os próprios falantes fazem parte, é comum que apresente algumas descontinuidades, confundidas com incompletude e falta de elaboração, se aplicarmos os critérios da escrita, em que o texto já é produto acabado e, por isso, não precisa de revisão. As descontinuidades, seja na progressão de idéias, seja na utilização de recursos lingüísticos, são devidas aos fatores sócio-cognitivos envolvidos na produção, compreensão e interpretação do texto falado, ou seja, a função pragmática que privilegia o uso da língua é prioritária sobre as estruturas usadas. Nesse sentido, a sintaxe da língua falada é particular, não podendo ser medida com relação à sintaxe da escrita. Mesmo assim, as estruturas da fala as estruturas gerais permitidas pela organização da língua.

3.1.2. Oralidade e Letramento

Leitura Obrigatória:

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação lingüística. In **Língua Materna**. Letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 51-61.

STUBBS, Michael. A língua na educação. In **Língua Materna**. Letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 101-128.



REFLEXÃO:

- Após a leitura do texto acima, destaque os pontos que merecem maior aprofundamento.
- Releia o texto, prestando atenção aos pontos que você destacou.
- Agora, prossiga neste capítulo fazendo as leituras abaixo



Como vimos anteriormente, fala e escrita são modalidades que não podem ser consideradas no plano das oposições, mas no plano das continuidades, uma vez que nenhum usuário da língua, independente de nível de escolaridade ou do grau de formalidade do uso da língua, usa apenas uma modalidade ou outra. Desse modo, ao estudarmos fala e escrita de modo integrado, vimos que são modalidades funcionais, isto é, que se adequam às variadas situações comunicativas de uso da língua pelo falante, e que estão em relação de complementaridade, ao invés de exclusão.

Fala e escrita, como modalidades da língua, se inserem no conjunto de práticas sociais desempenhadas pelo falante. Essas práticas exigem o domínio de certos modos de comunicação e interação social, que são adquiridas no convívio social entre os falantes, ou aprendidas em ambientes formais de escolarização. Destacaremos como práticas sociais que exigem o domínio de uma das, ou de ambas, modalidades da língua, a oralidade e o letramento.

O letramento é a prática social derivada do chamado 'impacto social da escrita' nas sociedades modernas, que passaram pelo processo de aquisição da modalidade escrita por meio da escolarização e da alfabetização. Apesar disso, o letramento não se refere apenas às práticas de decodificação textual ou à aprendizagem de um sistema alfabético. Em uma sociedade dominada pela escrita, mesmo as atividades cotidianas dos chamados 'iletrados' (melhor seria dizer os não-alfabetizados) exigem a presença de práticas de letramento, uma vez que as práticas sociais desses indivíduos são condicionadas ao uso da escrita. Exemplos nesse sentido, são as atividades de tomar um ônibus, comprar alimentos em supermercado, vender bens, dar e receber troco, assistir a um filme, etc.

Os eventos de letramento, em geral, não são destacados de situações de oralidade (como nos exemplos acima). Embora, cada vez mais, se procure tratar letramento

e oralidade como dois pólos de um contínuo, ainda há uma certa estratificação social quanto aos usuários da escrita serem usuários mais efetivos das práticas de letramento, especialmente em nível formal; e os analfabetos serem usuários mais efetivos da oralidade, via de regra, informal.

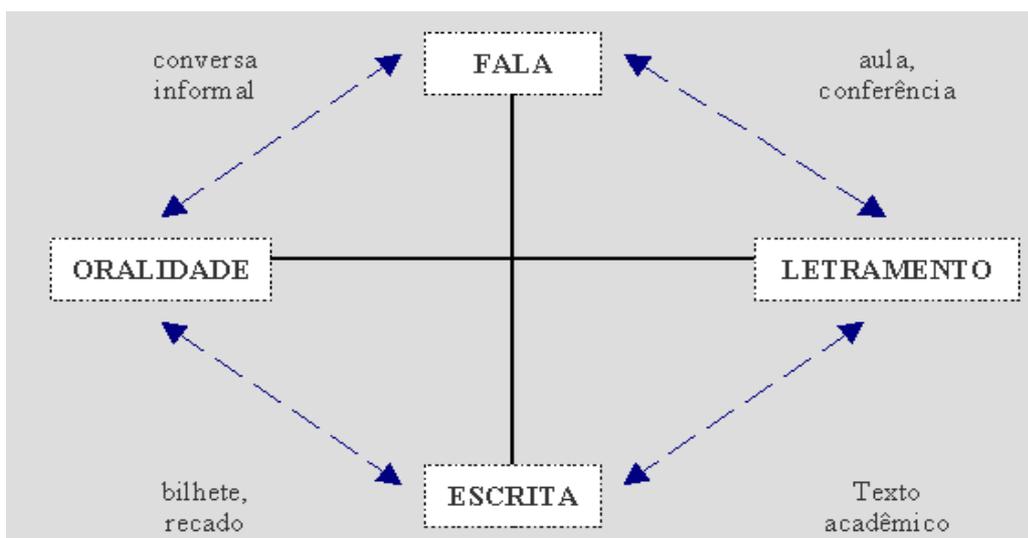
Essa análise se fundamenta exatamente no fato de que damos à escrita uma superioridade maciça em relação à fala. Desse modo, a tradição grafocêntrica pressupõe que os indivíduos que passaram pela aquisição formal da escrita são socialmente mais competentes e mais desenvolvidos cognitivamente. Essa pressuposição não tem sustentação científica e se revela uma concepção deficitária das minorias sociais, calcada em profundo etnocentrismo.

Ainda que a escrita tenha prestígio ímpar na sociedade atual, em vista de sua importância para as atividades diárias dos indivíduos, não é possível, por uma questão de prioridade histórica da fala, afirmar que aquela seja a forma mais natural e mais funcional de comunicação e representação humana. A fala, por ser anterior à escrita, tem aceitação irrestrita em qualquer cultura humana, enquanto que em alguns lugares do mundo, as civilizações sobrevivem razoavelmente bem sem o uso da escrita.

Não devemos, entretanto, equilibrar escrita e fala em uma balança para ver quem é melhor ou pior. A linguagem humana não funciona assim, e pensar dessa maneira é o grande erro dos seguidores da supremacia da escrita sobre a fala. Enquanto muitas práticas sociais da nossa cultura são práticas de letramento, fortemente vinculadas à escrita, outras tantas são práticas de oralidade e, por isso, vinculadas mais diretamente à língua falada.

A oralidade, segundo Marcuschi (2001, p. 25) é uma prática social interativa que tem fins comunicativos e se apresenta em diversas formas e gêneros textuais fundados na realização sonora da língua. As práticas de oralidade, numa sociedade como a nossa, são intensas e, poucas vezes, dissociadas das práticas de letramento. Ou seja, a maioria dos contextos em que usamos a modalidade falada da língua são contextos que também permitem e exigem práticas de letramento. Dessa maneira, dissociar fala de escrita nessa sociedade é desconsiderar que a língua pode se realizar de modo tanto falado quando escrito em contextos que exigem práticas de letramento e oralidade.

O gráfico abaixo ilustra a situação das modalidades lingüísticas em nosso dia-a-dia. Ao escrevermos um bilhete, utilizamos a modalidade escrita da língua. Essa modalidade, entretanto, se aproxima muito mais das práticas de oralidade do que de letramento. Basta comparar, por exemplo, um bilhete com uma carta formal, ou com um texto científico, para percebermos a natureza quase falada daquele texto. Por outro lado, ao proferirmos uma palestra ou conferência, utilizamos uma modalidade falada da língua. Este texto, porém, vincula-se muito mais fortemente às práticas de letramento do que de oralidade, dada sua formalidade e sua correlação com os usos especializados da escrita. Assim, entre o pólo da oralidade e o pólo do letramento, encontramos a possibilidade de produção de textos orais e escritos que se vinculam ora a um pólo, ora a outro.



3.2. Modalidade gestual

Estudamos que, apesar de a lingüística interessar-se apenas pela linguagem verbal, a comunicação humana pode ser feita pelo acesso a diversos códigos e linguagens, como os gestos.

Os gestos, hoje, estão no centro das discussões sobre a origem da linguagem humana. Alguns teóricos, ocupados com os modos de comunicação entre os animais, apontam para a modalidade gestual como a primeira forma de comunicação do homem primitivo. Entre as evidências para isso, estão o fato de que grande parte de nossa comunicação, mesmo nos dias atuais, depende da utilização de gestos, que complementam e, às vezes, sinalizam nossa significação; bem como o fatos de inúmeros animais, entres os quais, primatas como chimpanzés, gorilas e bonobos, que são muito próximos do homem em termos biológicos, desenvolverem com relativa complexidade formas de comunicação através dos gestos.

As discussões não repousam apenas sobre os gestos complementares ao uso da língua verbal, já que seu uso é determinado culturalmente e explicado por diversas teorias como a publicidade, a psicologia, a lingüística forense, etc. Também tem ganhado destaque o uso dos gestos por comunidades que não têm acesso à língua falada, como no caso dos surdos. Esse uso, diferentemente da denominada linguagem gestual, quase sempre apontada como forma de comunicação, seria semelhante em várias aspectos à modalidade falada, naturalmente sem recorrer ao canal vocal-auditivo, mas ao gesto-visual. Essa verdadeira modalidade de uso da linguagem humana tem *status* de língua e apresenta características encontradas na modalidade verbal, como o uso de regras estruturais próprias, entoação, prosódia, etc. Veremos agora as características que diferenciam essas duas forma de comunicação pro meio de gestos.

3.2.1. A linguagem gestual

Os sinais não verbais assumem um papel de tamanha importância na comunicação que, muitas vezes, os significados de nossos enunciados, quando acompanhados de gestos, expressões faciais ou corporais, assumem uma dimensão bastante diferente dos sentidos originais, literais, como no caso das ironias.

A manifestação dos sentidos na comunicação não verbal pode se dar por meio de gestos manuais, quando, por exemplo, levantamos o polegar para sinalizar que tudo está bem, ou quando acenamos adeus ou olá. Outras vezes, por meio de nossas expressões faciais, sinalizamos emoções, sentimentos, atitudes, que combinados com a linguagem verbal, revelam significações além das próprias palavras.

A linguagem gestual se beneficia também do que os teóricos costumam chamar de proxêmica, isto é, o estudo do espaço pessoal nos atos comunicativos. Por exemplo, a proximidade que mantemos com nossos interlocutores pode indicar intimidade, interesse, simpatia, ou frieza, distanciamento e formalidade. Assim como a distância, a postura em relação à comunicação pode indicar desinteresse, quando cruzamos os braços, por exemplo.

3.2.2. As línguas de sinais

A Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002, no seu artigo 4º, dispõe que:

“O sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente”.

A Língua Brasileira de Sinais constitui, portanto, um sistema lingüístico de comunicação e representação de fatos e fenômenos, em comunidades de surdos no Brasil, cuja forma de expressão é de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Os sinais da LIBRAS são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço.

A LIBRAS foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa. Não existe uma língua de sinais comuns a todos os países. Assim, como a língua verbal, cada cultura adota a língua de sinais que se adequa às necessidades comunicativas dos seus usuários. No caso do Brasil, a LIBRAS possui estrutura própria, diferente da estrutura da língua portuguesa. Não é possível mais dizer que a LIBRAS se trate de uma linguagem, pois possui características próprias de língua, entre elas: a arbitrariedade dos seus símbolos; a natureza lingüística do seu sistema; o fato ser uma forma natural de expressão, partilhada por uma comunidade; propriedades de criatividade e recursividade; propriedades de renovação e evolução; sua aprendizagem/ aquisição é cultural/natural.

Do mesmo modo que as línguas faladas, cada língua de sinais usada em diversos países apresenta as variações, os falares regionais ou os dialetos das línguas orais. Essas

variações se devem a culturas diferentes e a influências diversas no sistema de ensino, por exemplo.

Não se sabe quando as línguas de sinais foram criadas, mas sua origem remonta possivelmente à mesma época ou a épocas anteriores àquelas em que foram sendo desenvolvidas as línguas orais. Uma pista interessante para esta possibilidade das línguas de sinais terem se desenvolvido primeiro que as línguas orais é o fato que o bebê humano desenvolve a coordenação motora dos membros antes de se tornar capaz de coordenar o aparelho fonoarticulatório. As línguas de sinais são criações espontâneas do ser humano e se aprimoram exatamente da mesma forma que as línguas orais. Nenhuma língua é superior ou inferior a outra, cada língua se desenvolve e expande na medida da necessidade de seus usuários.



Para ver o Dicionário de Libras, acesse: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

AGORA É SUA VEZ:

- Monitore seu uso da língua. No dia-a-dia qual modalidade você usa com mais frequência? Que importância essa modalidade tem para a média dos falantes ao seu redor.
- Encontre textos (orais e escritos) que demonstrem oralidade e letramento como contínuos.
- Faça uma lista dos gestos que você mais usa no dia-a-dia. Como eles te ajudam na comunicação?



PESQUISE:

- Busque na Internet informações sobre as diferenças entre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e a Língua Portuguesa, do ponto de vista dos textos, da gramática, da entoação, etc.
- Faça um texto ilustrando essas diferenças
- Compartilhe com seus colegas os dados que vocês encontraram.



REFLITA:

- Uma lei federal tornou obrigatório o ensino de LIBRAS nos cursos de licenciatura. Você já sabe LIBRAS?
- O que o professor deve saber (e fazer) para tornar sua aula mais inclusiva para alunos surdos?



UNIDADE IV

A NORMA LINGÜÍSTICA

Leitura Obrigatória:

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação lingüística. In *Língua Materna*. Letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 13-51

GAGNÉ, Gilles. A norma e o ensino da língua materna. In *Língua Materna*. Letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 196-238.



REFLEXÃO: Após a leitura do texto acima, destaque os pontos que merecem maior aprofundamento.

Releia o texto, prestando atenção aos pontos que você destacou.

Agora, prossiga neste capítulo fazendo as leituras abaixo



4.1. Descrição do Sistema Da Língua

A língua, como objeto da lingüística, é um sistema formal composto de unidades que se combinam entre si a partir de regras potencialmente conhecidas por todos os usuários. Apesar de as línguas naturais diferirem entre si (compare, por exemplo, o português e o alemão), grande parte das leis gerais da língua são aplicáveis a qualquer realização lingüística adotada por um povo. Por exemplo, todas as línguas descritas na atualidade possuem um sistema verbal, ou adotam uma seqüência sintática para construir frases, ou ainda, possuem elementos que se articulam em dois níveis para formar enunciados inteligíveis.

Ainda que algumas regras gerais sejam comuns a todas as línguas, certos princípios aplicam-se a umas e não a outras, como ocorre com os sistemas de casos – terminações nas palavras que marcam a função sintática do elemento – em línguas como o grego, o latim e o alemão. Em português, a função sintática do elemento é observada a partir da ordem das palavras na frase e não pela terminação do elemento. Quanto à ordem das palavras, algumas línguas adotam a estrutura S-V-O (sujeito-verbo-objeto), enquanto outras adotam ordens diferentes.

A lingüística descreve o sistema da língua sob duas óticas: a primeira consiste em teorizar sobre o sistema lingüístico a partir da observação do lingüista sobre as línguas que analisa. Esta atividade produz um conhecimento teórico geral aplicável a qualquer língua particular. Dentre as características descritivas da língua, sob essa primeira ótica, podem ser apontadas as regras combinatórias dos seus elementos, as regras de sua produtividade, as propriedades da dupla

articulação, etc.

A segunda possibilidade de descrição consiste em analisar uma língua particular e perceber as regras efetivamente utilizadas pelos seus falantes, correlacionando-as às propriedades gerais da língua e apontando suas especificidades. A lingüística norte-americana foi bastante produtiva neste segundo tipo de análise, descrevendo e documentando diversas línguas indígenas em risco de extinção, graças ao aparato teórico recebido da antropologia.

Deve-se ter em mente que a lingüística, ao fazer uma descrição científica das línguas, contribuiu não apenas para documentar falares e dialetos, geralmente negligenciados pela cultura escrita de diversos países, mas também para apontar uma igualdade essencial entre todas as línguas, independentemente do nível de civilização ocidental encontrado entre os seus falantes. Com isso, a visão etnocêntrica de que algumas línguas, notadamente as européias, seriam mais complexas do que as línguas indígenas americanas, perdeu sustentação científica pelo postulado de que todas as línguas são complexas e se adequam à totalidade de situações comunicativas exigidas pelos falantes.

PESQUISE:



- Leia a opinião de um dos gramáticos de maior renome na atualidade a respeito da norma gramatical, o membro da Academia Brasileira de Letras, Evanildo Bechara:

<http://www.ufpe.br/ascom/cconline/021/opiniao.html>

- Agora leia a entrevista com Luiz Carlos Travaglia sobre a língua falada e o ensino de Português:

<http://www.letramagna.com/travagliaentre.htm>

REFLITA:



- Em sua opinião, o uso da língua portuguesa, em sua modalidade falada, deve obedecer às normas da gramática tradicional em todas as situações? Por quê?
- Você acredita que as pessoas sem escolaridade falam “errado”, enquanto que as pessoas mais escolarizadas sempre usam o português corretamente?
- Um falante nordestino pode ser ‘corrigido’ por um falante do sudeste porque usa a língua falada de maneira diferente deste?

4.2. Prescrição Normativa

A descrição científica das línguas surgiu em um momento em que se perpetuava uma tradição purista e utópica da linguagem. Essa tradição, pedagógica e não científica, concebia a língua como um instrumento de representação do pensamento que devia seguir, da maneira mais estrita possível, as regras de uso verificadas no pensamento dos grandes autores da literatura. Assim, a tradição pedagógica reforçava (e ainda reforça) a homogeneidade do código lingüístico,

isto é, desconsiderava qualquer tipo de variação não prevista para aquele padrão, e considerava a norma padrão escrita a única a ser almejada pelos falantes, exatamente porque era superior às outras.

Chamamos essa tradição de pedagógica precisamente porque é aquela encontrada nos livros, dicionários e gramáticas, usados na escola com a finalidade única de fazer o aluno adquirir tal código padrão. Essa tradição não concebe a língua como um fenômeno dinâmico, que varia no tempo e no espaço, e se adapta à cultura e às necessidades dos seus usuários. Pelo contrário, adota a perspectiva idealista de que a língua é um bem a ser cultivado e preservado, inclusive quanto à presença de estrangeirismos, regionalismos, gírias, etc. que a desvirtuam e a corrompem.

Essa tradição prescritiva não descreve a língua dos falantes. Descreve uma modalidade de língua, encontrada entre os intelectuais, cristalizada em livros, textos científicos e obras literárias, e elege as regras dessa modalidade como o padrão a ser imposto a todos os membros daquela comunidade lingüística. Tal descrição, em geral, se confunde com a língua utilizada pelas elites intelectualizadas, nos grandes centros urbanos, mas se separa da língua dos trabalhadores, dos moradores de regiões economicamente menos desenvolvidas, do meio rural, etc, gerando discriminação e preconceito contra essas minorias, bem como interferindo no sistema escolar público.

O combate a essa concepção é de difícil execução, já o preconceito que dela advém está arraigado no imaginário do povo e é constantemente reforçado pela mídia e pela escola, que perpetuam mitos seculares e errôneos sobre o papel da língua na sociedade.

4.3. Gramática e Norma

A norma lingüística consiste no consenso mínimo estabelecido em uma cultura, a partir das propriedades internas de uma língua, sobre as regras de usos lingüísticos adotados pelos falantes. A gramática, em geral, pode ser reconhecida como o conjunto dessas normas; tradicionalmente, porém, chamamos gramática a descrição do modelo lingüístico de mais prestígio dentro de uma cultura, adotado como padrão a ser seguido por todos os falantes.

Em lingüística, quando falamos em norma, pensamos em um conjunto de preceitos destinados a organizar a expressão da língua em sua modalidade falada. Esses preceitos se relacionam aos usos fonológicos aceitos em uma língua, à utilização de traços supra-segmentais (entoação, altura, etc.) reconhecidos como pertencentes a essa língua, ao conjunto de regras sintáticas inteligíveis e interpretáveis por todos os falantes, e ao conjunto de regras de formação, produção e compreensão de itens lexicais (palavras), compatíveis com a língua em questão.

A gramática, por outro lado, embora enfatize a necessidade de seguir, na fala, um padrão lingüístico prestigioso, estabelece um conjunto de preceitos que organizam a correção da língua escrita, aplicado através da ortografia, das regras de sintaxe, concordância, regência, etc. As regras da escrita, mesmo em se tratando de língua padrão, não se aplicam do mesmo modo à língua falada. Para comprovar esse fato, basta-se apenas comparar a fala dos indivíduos das grandes capitais do Brasil, com nível superior de escolaridade, com sua escrita. Ambas são consideradas

língua padrão, porém a norma escrita não reproduz a norma da fala.

A lingüística, nos últimos anos, tem demonstrado através de projetos como o Norma Urbana Culta do Brasil (NURC), que a descrição da língua utilizada pelos brasileiros de maior escolarização e residentes nos grandes centros urbanos do Brasil tem se distanciado do padrão escrito prescrito pela Gramática Tradicional. Isto sugere uma adequação no tratamento da língua que explore as modalidades oral e escrita sob preceitos diferentes e que incorpore na norma gramatical as variações no uso do português.

Aprofunde seus conhecimentos:



Maria Helena Moura Neves discute o conceito de norma e as questões de uso da língua. Leia o texto e faça um resumo pessoal sobre o mesmo:

<http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling12.htm>

José Luiz Fiorin escreve sobre o conceito de “erro” na Lingüística. Você concorda com ele. Leia e discuta esse texto em sala com seus colegas:

<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11199>

4.3.1. Conceito de Gramática

O conceito de gramática se vincula fortemente à noção de sistema a que nos referimos acima e à noção de sincronia, ou seja, o recorte do estado atual da língua feito para a descrição e análise do seu sistema, sem preocupações primárias com a evolução desse sistema ao longo do tempo.

Como sistema, a língua é estruturada por unidades que se combinam através de regras que, por sua vez, delimitam as construções possíveis para os usuários de uma comunidade. Essas regras, em geral, são denominadas de gramática da língua. O estudo dessas regras também é denominado de Gramática.

O termo *gramática* nos chegou do grego, por intermédio do latim, com a “arte de ler e de escrever. Nesse sentido, apesar de abrangente, não é inadequado identificar a gramática como um conjunto de regras que determinam o uso de uma língua em uma comunidade. Este conjunto de regras adotado pelos falantes de uma língua de maneira convencional implica considerar corretos todos os usos aceitos por aquela comunidade. Entretanto, na atualidade, a função da gramática, especialmente na escola, é prescrever regras que devem ser usadas por todos os falantes.

A lingüística, como ciência da língua, postula uma concepção de gramática que tem a ver com as regras que são efetivamente usadas pelos falantes, limitando-se, metodologicamente, a descrever essas regras e analisá-las, sem prescrever normas de uso. Apresentaremos, em seguida três concepções de gramática: duas científicas e uma pedagógica.

4.3.2. Gramática Interna

O conceito científico de gramática é aquele que pressupõe um saber interno ao

indivíduo que o habilita a usar sua língua em todas as situações significativamente possíveis e a compreender os usos feitos por outros falantes que detêm esse mesmo conhecimento.

Assim a gramática interna ou internalizada é o conhecimento sobre o sistema de unidades e conteúdos da língua, distintos entre si, e que mantêm relações obrigatórias finitas. Essas relações são leis gerais ou normas que regem o uso da atividade lingüística do falante.

A gramática internalizada pode ser explicada a partir de fatos lingüísticos típicos da linguagem da criança e, ainda, por outros fatos encontrados na língua adulta. No processo de aquisição da linguagem a criança, ao pôr em prática as regras de uso da língua, cria hipóteses que diferem da linguagem dos adultos, como é o caso das conjugações verbais. Se a criança apenas imitasse por aprendizado a fala adulta, é possível que usasse os verbos do mesmo modo destes, ou que “errasse” naquilo em que eles “erram”. No entanto, ao utilizar o sistema de conjugação dos verbos, ela usa regras internalizadas que pressupõem a regularidade dos verbos. Deste modo, a criança por não ter acesso, nesta fase, às irregularidades, produz as construções “eu comi” e “eu trazi”, ou “eu canto” e “eu sabo” como se fossem todas regulares.

Também na linguagem infantil, e com mais freqüência na linguagem adulta, a hipercorreção é um fato lingüístico que confirma a validade de uma teoria de gramática internalizada. Por hipercorreção entende-se a avaliação que um falante faz das estruturas lingüísticas que ele emprega em sua própria fala, a partir do conhecimento, geralmente precário, de outras estruturas supostamente mais corretas do que as que utiliza. Por exemplo, alguns falantes da zona rural utilizam um variável lingüística pela qual realizam um determinado fonema, representado na escrita por /lh/, através de outro fonema, representado graficamente por /i/, como em velha/véia, filho/fio, melhor/meió. Quando confrontados como outros falantes que realizam esse fonema segundo o português padrão, esse usuários, pela necessidade de usar uma língua mais “correta” do ponto de vista pedagógico, passam a substituir por /lh/ todos os usos de /i/, inclusive aqueles da língua padrão. Assim, passam não apenas a usar velha, filho e melhor, como a dizer coisas do tipo “telha de aranha”, “está de mal a pilhor”, “pilha do banheiro”, etc.

4.3.3. Gramáticas descritivas

A descrição das normas de uso de uma língua verificadas em uma comunidade e sistematizadas de acordo com os conhecimentos técnico-científicos do analista é o que constitui uma gramática descritiva. Assim, a princípio, a distinção entre gramática internalizada e descritiva não é necessária, senão para fins didáticos, uma vez que esta é simplesmente a análise científica daquela.

A ática descritiva se propõe apenas a descrever as regras de como uma língua é realmente falada, sem julgar o uso como correto ou incorreto, como faz a gramática prescritiva. A gramática descritivas analisa, pois, os usos da língua que uma determinada comunidade lingüística adota como adequados, os quais se constituem de todas as estruturas reconhecidas e aceitas pelos falantes da comunidade.

A gramática descritiva não aponta erros dos falantes, inclusive porque a noção de erro diz respeito aos usos não autorizados pela comunidade. A gramática descritiva aponta na língua falada por uma comunidade opções de expressão que não se excluem, mas que coexistem e se prestam às finalidades comunicativas do falante. Desse modo, todos os falantes nativos de uma língua, a falam adequadamente e isentos de erro, porque conhecem e usam as regras internas disponibilizadas para aquela língua. A noção de erro se aplicaria mais aos usos da escrita do que aos usos da língua falada.

4.3.4. Gramáticas prescritivas

As gramáticas prescritivas ou normativas consistem no estudo das regras que um indivíduo precisa conhecer para falar e escrever corretamente uma língua. Evitaremos usar o termo 'normativa' para se referir à gramática prescritiva porque, tecnicamente, toda gramática é normativa, uma vez que estuda as regras ou normas que fazem de uma língua o que ela é. O que diferencia a gramática prescritiva da descritiva, tratada anteriormente, é o fato de que seu conceito é mais pedagógico do que lingüístico, além de reduzir o conceito de língua a um conjunto de regras de 'boa' comunicação, aceitas em segmentos privilegiados de uma comunidade. Expliquemos.

A noção prescritiva de gramática esteve sempre associada à tradição escolar, fortemente arraigada na modalidade escrita da língua. Vimos que o papel da escrita na sociedade foi sempre superestimado, tornando-a não apenas instrumento de trabalho para poucos privilegiados, mas também instrumento de discriminação contra indivíduos e culturas fundadas apenas em práticas orais. A escola, lugar onde a escrita é tradicionalmente adquirida, na tentativa de tornar seus alunos usuários mais efetivos da língua, adotou um modelo de gramática baseado nas normas da modalidade escrita, empregadas por intelectuais, cientistas, jornalistas e autores famosos. Esse modelo, não obstante servir para dirigir as práticas de escrita dos indivíduos, começou a ser 'cobrado' como padrão lingüístico geral, isto é, tanto para a escrita como para a fala.

Ao descrever as normas da língua de uma minoria e torná-la padrão de todos, a Gramática demonstra que seu compromisso não é lingüístico, uma vez que desconsidera que a Lingüística pressupõe a igualdade essencial entre todas as línguas, assim como o fato de que as normas são relativas às convenções adotadas por uma comunidade lingüística, mas didático-pedagógico, isto é, o conhecimento do padrão lingüístico privilegiado é objeto de ensino que deve ser aprendido por todos os indivíduos. Tal compromisso evidencia o conceito de gramática prescritiva como indissociado do uso de um livro de regras chamado de Gramática, cuja existência se deve à crença de que o usuário só aprende a falar bem sua língua, se estudar sistematicamente suas regras. Esse conceito não diferencia, a princípio, o estudo da língua materna e língua estrangeira.

Um outro efeito da noção de gramática prescritiva é o mito de que apenas os falantes da língua padrão (legitimada pela escola) são bons usuários da língua e se comunicam melhor do que outros. Mais ainda, desse mito surge a discriminação e preconceito contra usuários de variedades não padrão da língua, como os moradores da zona rural, ou de certas regiões do Brasil. Tal crença, difundida maciçamente em todas as mídias, e inclusive nas escolas, pressupõe a ignorância

do falante nativo sobre sua própria língua materna, e se desdobra em diversas falácias sobre, por exemplo, o português ser a língua mais difícil do mundo, sobre o fato de o indivíduo não escolarizado não saber falar português, ou sobre a necessidade de se falar a norma culta para ascender socialmente.

Diferentemente dos dois conceitos apresentados anteriormente (gramática interna e gramática descritiva), a gramática prescritiva só se aplica à variedade padrão da língua, não considerando para além da comunicação, os usos variados e contextuais que as pessoas fazem da língua. Além disso, em oposição aos outros dois conceitos, a noção prescritiva da gramática dá abertura para o julgamento de valor do falante de uma variedade não-padrão, oportunizando mensurar a língua em termos de melhor/pior, bonito/feio, e atribuindo ao falante a responsabilidade cognitiva e cultural por tornar sua língua aceitável/não aceitável, como se este pudesse interferir na norma convencionalizada por sua comunidade. Essa concepção é simplesmente não científica e discriminatória.

AGORA É SUA VEZ:

- Você compreendeu o conceito de norma e gramática? Então é sua vez de fazer uma descrição lingüística.
 - a) Observe a fala de diferentes pessoas de sua região. Escolha pessoas de diferentes idades, sexos, grau de escolaridade.
 - b) Anote as peculiaridades da fala de cada informante. Observe especialmente o modo de pronunciar as palavras, de conectar as frases, e o vocabulário usado para se referir às coisas e aos conceitos.
 - c) Elabore hipóteses, comparando as regras da fala dessas pessoas com a sua própria fala e com as regras gramaticais. Existe alguma semelhança? Que regras encontradas na fala dos informantes são diferentes da gramática? Essas regras evidenciam uma organização interna da língua? Qual?
 - d) Elabore um texto descrevendo o que você achou.

- Para te ajudar nessa tarefa leia o seguinte texto:

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação lingüística. In **Língua Materna**. Letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 61-70.



UNIDADE V

UNIDADE E DIVERSIDADE NA LÍNGUA

Leitura Obrigatória:

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação lingüística. In: **Língua Materna**. Letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 70-82.

STUBBS, Michael. A língua na educação. In: **Língua Materna**. Letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 85-104.

GAGNÉ, Gilles. A norma e o ensino da língua materna. In: **Língua Materna**. Letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola, 2002, p. 163-195.



REFLEXÃO:

- Após a leitura do texto acima, destaque os pontos que merecem maior aprofundamento.
- Releia o texto, prestando atenção aos pontos que você destacou.
- Agora, prossiga neste capítulo fazendo as leituras abaixo.



5.1. A Idealização da Norma

A norma lingüística, como vimos anteriormente, é o conjunto de regras consensualmente estabelecidas que organizam o conhecimento geral da língua e, particularmente, sistematizam os usos de uma língua natural qualquer, como o Português, por exemplo. Nesse sentido, a norma pode ser tomada como um conjunto geral de princípios que servem para todas as línguas (entre esses princípios estão as categorias distintas do discurso, como os nomes, os verbos, etc. bem como as regras fonológicas, os padrões de ordem das palavras, a dupla articulação, a variação e mudança, e muitos outros), e também pode ser pensada no que diz respeito aos parâmetros de uma língua particular (a ordem Sujeito-Verbo-Objeto, do português brasileiro, o sistema casos do alemão, a flexão simples dos verbos do inglês, a flexão complexa dos verbos do português, a concordância nominal e verbal das línguas românicas, etc.)

Os primeiros estudiosos da lingüística, ao observar o papel da norma, preferiram recortar apenas aquilo que tornava semelhantes as línguas, postulando o ideal de uma norma universal, aplicável a todos os usos, de modo a aproximar a língua do pensamento universal humano. Essa observação, geralmente feita a partir de textos escritos e fundada na concepção lógica de um movimento na

ciência denominado racionalismo, concebeu a escrita como o lugar onde a norma poderia ser observada com mais propriedade, visto que as propriedades da escrita revelavam com mais rigor a lógica do mundo e a lógica do pensamento.

Este movimento provocou dois mitos no que diz respeito à língua em sua modalidade falada. O primeiro, que já vimos anteriormente, é o de que a língua falada, em oposição à escrita, é o lugar do caos, da desordem, da simplificação. O segundo, sobre o qual nos debruçaremos nessa seção, é o de que as línguas escritas e faladas, para terem valor social, precisam obedecer a uma lógica pré-estabelecida, essa lógica é refletida nos textos escritos que seguem estritamente a norma lingüística culta. Aqui não se entende norma culta como aquela efetivamente usada pelos falantes das camadas mais escolarizadas da comunidade, mas como a norma idealizada, que obedece rigorosamente os padrões clássicos da escrita, impostos pela concepção de que tais padrões refletem a lógica universal.

5.2. As variedades lingüísticas

Uma concepção idealizada de norma nega qualquer tipo de validação às variedades lingüísticas. Estas, ao contrário da norma ideal, dizem respeito aos parâmetros lingüísticos que cada comunidade adota em função não apenas nas necessidades comunicativas, sociais e contextuais, mas em respeito a regras lingüísticas de mudanças, que operaram no decorrer do tempo sobre os princípios gerais daquela língua.

Por exemplo, a língua portuguesa falada no Brasil sofreu, ao longo dos quinhentos anos de seu uso em nosso território, inúmeras transformações, seja pelo contato com outras línguas da colonização (as línguas indígenas, as línguas africanas, as línguas dos invasores), seja pelo convívio com as línguas dos imigrantes (japoneses, italianos, alemães), seja pela distância geográfica em relação aos centros onde as mudanças sociais eram mais freqüentes (os sertões em relação às capitais do Império, por exemplo), seja pelas necessidades de cada lugar (a instalação das indústrias no sudeste, a agricultura de subsistência no norte-nordeste, a produção canavieira nos litorais).

Essas transformações são observadas com muita clareza no Brasil, basta que constataremos os contrastes entre as diversas regiões. O resultado é que temos um país em que a língua utilizada pela maioria dos falantes é o Português, e que no entanto, não se pode considerar essa língua como homogênea, já que apresenta variações que a tornam muito particular em relação às comunidades que as adotam. Essas variedades têm normas diferentes umas das outras, e essas normas são consensualmente utilizadas pelos falantes. Não se pode dizer, portanto, que uma variedade do português seja mais bem empregada do que outra, visto que seu uso é sempre coerente com a norma.

Assim, o mito de que todos os falantes devem falar de modo semelhante, utilizando as mesmas regras na construção do seu discurso, seja escrito, seja falado, não procede do ponto de vista científico e só se justifica pela tentativa dos pseudo-intelectuais da elite, completamente leigos do ponto de vista das ciências da linguagem, em disseminar preconceitos contra as populações que adotam modos de falar diferentes daquele denominado padrão. A escola e a mídia colaboram com disseminação dessa prática discriminatória, uma vez que os falantes das variedades lingüísticas que mais se distinguem do padrão são os habitantes das

regiões norte e nordeste, especialmente os moradores das zonas rurais e ribeirinhas, que vêm sofrendo processo de exclusão social há centenas de anos, sendo o lingüístico apenas um deles.

Varietade lingüística não é erro ou desvio. É uma forma legítima de uso de uma língua que sofreu processos naturais de variação e mudança no seu desenvolvimento. A variação lingüística não ocorre apenas no Brasil, todas as línguas do mundo passam por esse processo, mas é mais fácil de notá-la em um país com a dimensão do nosso, pois o processo de mudança não é homogêneo, ou seja, não ocorre ao mesmo tempo em todas as regiões em que a língua é falada.

As variações lingüísticas são, pois, as diferentes realizações de uma dada língua, que resultam de fatores de natureza histórica, regional, social ou contextual. Essas variações podem ocorrer nos níveis fonético e fonológico (a realização efetiva de um determinado som na língua, por exemplo o R retroflexo, utilizado no interior de São Paulo, para indicar pejorativamente a fala caipira), morfológico (a realização de uma concordância de número, em que apenas um termo recebe a marca do plural, como em as meninaØ), sintático (como a colocação pronominal, amplamente usada no Brasil, em orações do tipo “me dá um cigarro”) e semântico (encontrada na diferença lexical de diversas regiões, como os adjetivos doce e melado).

O estudo da variação lingüística pode ser feito a partir da observação das mudanças sob vários aspectos: a) o aspecto diacrônico (do grego dia+kronos = ao longo do tempo), que explica as manifestações diferentes de uma língua através dos tempos. No português brasileiro, é possível observar a mudança do português colonial com relação ao português moderno, especialmente pela presença de dados escritos daquela variedade, como também pelo uso de formas típicas do português colonial, preservadas nas variedades de algumas regiões do Brasil. b) o aspecto sincrônico (do grego sy'n = simultaneidade), que explica as variações num mesmo período de tempo, como os usos de uma variedade da atualidade em relação a outra, a exemplo do português falado no sul e no nordeste. Os demais aspectos, por sua relevância na explicação do Português Brasileiro, serão analisados em seção própria.

5.2.1. Variação diatópica, diafásica e diastrática.

Entre os diversos processos de variação que ocorrem em uma determinada língua, destacaremos aqueles que dizem respeito aos contextos sociais que impõem a essa língua, normas de uso específicas, diferentes de outras normas encontradas em outras variedades.

A variação diatópica (do grego topos = lugar), também reconhecida como variação geolingüística ou variação dialetal, é o tipo de processo relacionado a fatores geográficos, como o uso de pronúncia diferente em diferentes regiões, diferentes palavras para designar os mesmos conceitos, acepções diferentes de um termo de região para região, expressões ou construções frásticas próprias de uma região, etc.

A variação diatópica diz respeito aos processos de identificação da norma lingüística com os usos aceitáveis em lugares ou regiões diferentes de onde se fala a língua padrão. Assim, pode-se perceber que os lugares que se afastam

geograficamente do centro onde se usa a variedade padrão, adotam normas lingüísticas diferentes daquele. Isso pode acontecer por diversos motivos: as regras lingüísticas que afetaram a padrão podem não ter afetado essa variedade, os usos sociais da língua nessa região podem ser diferentes de outra, influências de outras línguas podem ser mais presentes no centro do que na região onde se fala a variedade não-padrão, etc. O exemplo clássico da variação diatópica é o falar rural em oposição ao urbano. Nesse exemplo, percebe-se que a mudança ocorreu com menos freqüência na variedade rural, que preserva várias formas do português medieval, enquanto que o falar urbano sofreu influências de diversos tipos, como processos de industrialização, de imigração, etc.

A variação diafásica (do grego *phasis* = fala) é relacionada às diferentes situações de comunicação e a fatores de natureza pragmática e discursiva, que são impostos em função do contexto de uso da língua. Esses fatores levam o falante a adaptar-se às circunstâncias comunicativas, por meio da variação do registro de língua, seja para mais formal, ou para mais informal.

Em lingüística, o termo registro designa a variedade da língua definida de acordo com o seu uso em situações sociais. Assim, registros lingüísticos são os diversos estilos que um falante pode usar em uma situação comunicativa dada. Em uma conversa informal com os amigos, por exemplo, utilizará um registro diferente do que utiliza em família, ou no emprego, ou na Universidade.

A variação diastrática (do grego *stratos* = camada, nível) refere-se aos modos de falar que correspondem a códigos de comportamento de determinados grupos sociais. A variedade diastrática corresponde ao uso lingüístico partilhado por um grupo social, cujos membros mantêm entre si relações de identidade que os diferenciam em relação a outros grupos (por exemplo, o uso de gírias, de jargão profissional, etc.). Entre os fatores relacionados à variação social, encontramos a classe social, situação ou contexto social, idade, sexo, etc.

A classe social é um fator que tem estreita ligação com a escolha de variedades lingüísticas de uso. Em países como a Índia, em que o sistema de estratificação social é bastante fechado, a língua utilizada por uma casta superior, não pode ser usada por uma inferior. No Brasil, alguns membros da elite intelectual insistem em identificar a variedade padrão da língua com a classe alta. Essa identificação não procede, uma vez que tal classe se define em termos de poder econômico, e não em função de escolaridade. Pode-se dizer que num país mais agrícola do que industrializado, como o Brasil, o poder econômico se concentra mais nas mãos dos grandes produtores e fazendeiros e dos altos empresários da indústria do que na elite intelectual. Assim, a variedade lingüística em torno de classes, no Brasil, é mais aberta, não podendo ser identificada com uma classe apenas. É importante que se compreenda que um falante de uma variedade social pode utilizar outra variedade para comunicação, o que destaca a relevância de todas as variedades e sua adequação às necessidades de uso.

A situação ou contexto social define a variedade lingüística a ser utilizada a partir da relação mútua entre dois falantes ao discutir um dado assunto, em uma dada situação. Há contextos que exigem maior formalidade, como os institucionais, relacionados à escola, ao trabalho, às atividades públicas; e contextos em que a informalidade é a regra a se seguir, como nos contextos privados. Assim, em relação à pessoa a quem se dirige, o falante pode utilizar uma variedade mais

ou menos formal, dependendo se o seu interlocutor é mais velho, ou superior hierarquicamente, ou se trata de um par; dependendo também do lugar onde os falantes se encontram, se em um bar, uma igreja ou uma escola; bem como do tema sobre o que se conversa, um assunto sério, amenidades, etc.

No que diz respeito à variação social, segundo os fatores sexo e idade, observa-se que alguns recursos expressivos, como o alongamento de vogais, o uso freqüente de diminutivos, entre outros, são mais comuns na fala da mulher do que na do homem, enquanto que o registro social por meio de gírias, palavrões, etc. são mais freqüentes na variedade usada por esses. Gírias, palavrões e outras marcas do registro informal são também mais freqüentes nas variedades usadas por jovens (homens e mulheres) do que na faixa etária de mais idade. O uso de certos pronomes (como o tu) ocorrem com mais freqüência entre jovens, enquanto certas pronúncias (como senhora, com o fechamento da vogal o) são mais comuns entre os mais velhos.

5.3. Comunidade Lingüística e Norma Padrão.

A comunidade lingüística ou comunidade de fala diz respeito ao grupo de falantes que compartilha um conjunto de regras lingüísticas que governam as estratégias de comunicação e de interpretação do discurso. A comunidade lingüística funciona como uma matriz de repertórios de códigos ou de estilos de discurso de que os falantes dispõem nas situações concretas de uso.

Um conjunto de definições para comunidade lingüística é encontrado na obra de Silvio Elia (2000), que retoma conceitos clássicos apontados por lingüistas internacionais.



Leonard Bloomfield

Uma reunião de pessoas que usam do mesmo sistema de sinais lingüísticos é uma comunidade lingüística. (ELIA:2000, 7).

Uma comunidade lingüística é uma reunião de pessoas que interagem por meio da linguagem. (ELIA:2000, p.7).

Joshua Fishman

Por uma comunidade lingüística se entende aquela cujos membros participam pelo menos de uma variedade lingüística e das normas para o seu uso adequado. (ELIA:2000,7).



John J. Gumperz



Comunidade lingüística é um grupo social que pode ser monolíngüe ou multilíngüe mantido coeso pela freqüência de padrões de interação social e separado de áreas vizinhas pela insuficiência dos meios de comunicação. As comunidades lingüísticas podem consistir em pequenos grupos interligados por um contato face a face ou ocupar largas regiões, tudo dependendo do nível de abstração em que nos situamos. (ELIA:2000,7).

William Labov

A comunidade lingüística define-se menos por um acordo explícito em relação ao emprego dos elementos da língua do que por uma participação num conjunto de normas comuns. Essas normas podem ser observadas ou em tipos abertos de comportamento susceptíveis de avaliação ou pela uniformidade de padrões abstratos de variação, que são invariantes no respeitante a níveis particulares de uso. (ELIA:2000,7).



O conceito de comunidade lingüística se assenta, portanto, na necessidade de reconhecimento de uma norma comum aos falantes de uma dada variedade. Todas as definições acima, por mais ou menos completas que sejam, têm em comum o fato de que os falantes compartilham padrões comuns para pertencer a mesma comunidade de fala. Assim, o que define uma comunidade não é o fato de as pessoas falarem do mesmo modo, mas por orientarem seu comportamento verbal, em situações comunicativas diversas, através de um conjunto de regras compartilháveis.

A norma padrão, a que amplamente aludimos no capítulo precedente, é também o elemento que reúne usuários em torno de algo comum, uma variedade compartilhada por falantes que constituem uma comunidade lingüística. É preciso que se esclareça, entretanto, que não há elemento intrínseco a essa variedade que a torne superior ou melhor em relação às outras. Em toda comunidade de fala, por maior ou menor que seja, há sempre variação lingüística decorrente de fatores sociais que se definem nessa comunidade. Assim, almejamos a língua padrão mais por um questão de imposição social, como *status*, do que por fatores específicos de sua norma.

5.4. Língua Padrão – conceitos e mecanismos de imposição

O fato de que há variedades lingüísticas porque, em qualquer comunidade de fala, a língua não é utilizada de modo homogêneo é uma verdade que só há pouco tempo tem ganhado espaço nas discussões extra-acadêmicas, embora ainda com alguma descrença. Há alguns anos, a discussão em torno da língua comportava apenas duas alternativas: ou se falava a língua padrão (ou norma culta), ou se falava errado. Essa última alternativa (que englobava o que hoje conhecemos como

variedades, mas que antes eram consideradas erros ou desvios) era o que restava à maioria da população do Brasil que, ora consistia nos habitantes das regiões norte e nordeste, os que sofreram os mais variados processos de exclusão na história do país, ora consistia na parcela dos analfabetos, semi-alfabetizados e integrantes da classe trabalhadora brasileira. A língua padrão era, portanto, a variedade das elites residentes na porção sul-sudeste do país.

Contribuiu para essa concepção “casa-grande e senzala” de língua, um conjunto de idéias difundidas, ainda hoje com muita força, em veículos públicos institucionais que, por gozar de muito prestígio na sociedade, angariou um batalhão de adeptos pouco críticos, crentes da irrefutável veracidade desse ideário. Esses veículos são o ensino tradicional, a gramática tradicional, os livros didáticos e a imprensa (Cf. BAGNO, 1999, p. 73).

Munidos de muito prestígio e de nenhuma ética, esses veículos iniciaram uma campanha que se propunha “restaurar” a norma culta, ao mesmo tempo em que apregoava o preconceito contra os falantes de variedades não-padrão, ou seja, as minorias e classes sociais menos favorecidas. Entre as falácias (idéias falsas proclamadas como verdadeiras) mais freqüentes usadas contra a legitimidade das variedades não-padrão, o ensino, a gramática, os livros didáticos e a imprensa apregoavam (de acordo com BAGNO, 1999) que:

1 O português brasileiro é uma língua homogênea.

Essa idéia não é científica porque desconsidera uma característica natural das línguas humanas: sua variabilidade. Além disso, em se tratando de um país com as dimensões do Brasil, essa pretensa ‘unidade’ mascara as diferenças sociais, regionais e econômicas, fatores que atuam na variação lingüística. Os adeptos desse mito esquecem que muitas outras línguas, além do Português, também são faladas no Brasil e merecem ser objeto de estudo pela escola.

2. O bom português é falado apenas em Portugal.

Essa afirmação, geralmente veiculada por puristas da língua, preocupados com as influências que o Português Brasileiro sofreu ao longo do tempo, especialmente das línguas indígenas e africanas, é tão vazia quanto os argumentos que usa. O português brasileiro é uma língua diferente da irmã europeia. Nenhuma língua é imune a influências externas. Cada povo é senhor de sua própria língua, já que ela(s) é(são) um dos formadores da identidade nacional.

3. A língua portuguesa é uma das mais difíceis do mundo.

Qualquer falante, seja escolarizado ou não, conhece e domina as regras naturais da língua que utiliza. Não existe língua nativa difícil, nem se pode comparar línguas diferentes em termos de dificuldade. Todas as línguas são complexas e atendem às necessidades de uso. Nenhum falante aprende sua língua materna, a adquire. A escola é o lugar onde aprendemos apenas a escrita de uma língua.

4. As pessoas sem escolaridade falam errado.

Este mito releva profundo preconceito contra o falante e não contra a língua ou variedade que ele fala. A idéia aqui é ridicularizar o falante, das regiões norte-

nordeste especialmente, por falarem diferente dos falantes do sudeste. Não se trata aqui de apontar o erro, já que paulistas falam “os pão, as mão” e nordestinos dizem “nóis fumo” porque a norma de sua variedade permite, e não por erro. O que a escola e a mídia fazem é tratar a fala do nordestino como ridícula e mais errada do que a do paulista.

5. O estado do Maranhão é onde se fala melhor o Português.

O melhor português é falado por qualquer brasileiro. Lembre-se que o português não é homogêneo. A norma da variedade paraibana é empregada tão bem pelo falante da Paraíba, como a norma da variedade gaúcha é empregada pelo falante do Rio Grande do Sul.

6. Deve-se falar do jeito que se escreve.

Este mito desconsidera fala e escrita como modalidades distintas da língua que se prestam a finalidades distintas de uso. Não precisamos falar da mesma maneira que escrevemos pois temos recursos na fala que se prestam apenas à fala, assim como os da escrita não funcionam a não ser na escrita. Essa ideal é reflexo do pensamento grafocêntrico que confunde língua com escrita ou gramática.

7. É preciso saber gramática para se expressar com qualidade.

A expressão na língua não depende do conhecimento de regras gramaticais, contidas em um livro, mas do conjunto de normas da língua que cada falante possui internalizado. A expressão com qualidade depende de competências comunicativas, sociais, textuais, auxiliadas pelo processo de escolarização, mas não apenas por ele.

8. A norma culta é instrumento de ascensão social.

A escola e seus instrumentos (livro didático, gramática, ensino, etc.) desempenham, portanto, um mecanismo de imposição da variedade padrão na vida do aluno, no que diz respeito à aquisição de conhecimentos lingüístico-gramaticais e culturais destinados a completar e/ou compensar a “cultura verbal recebida no ambiente familiar”. Mais do que isso, ao ingressar na escola, o aluno entra em contato com uma variedade de língua diferente daquela que utiliza em casa, ou com os amigos, que exige uma postura de correção ‘gramatical’ ao qual está só parcialmente acostumado.

O dito popular de que “os pais ensinam o filho a falar errado para depois mandá-lo à escola para aprender a falar corretamente” é completamente absorvido pela escola tradicional, pois a linguagem a que o aluno está exposto não coincide muito com a que utiliza com os amigos; do ponto de vista da lingüística, no entanto, este dito contém questão bastante obscura: o que vem a ser falar certo ou errado? Parece muito claro que o tipo de linguagem que devemos usar na escola, com os professores, não deve ser o mesmo que usamos com nossos amigos íntimos, ou com nossos pais, mas afirmar que o primeiro tipo é mais correto do que o segundo reflete apenas a ideologia que sustenta uma superioridade intrínseca da língua considerada padrão.

Bortoni (1997, p. 1-2) considera a noção de língua da escola bastante obscura e ultrapassada e apresenta um modelo segundo o qual o português brasileiro é analisado em três *continua*: o *continuum* rural-urbano, que “propõe uma distinção entre a heterogeneidade relacionada a fatores estruturais (dicotomia

rural/urbano; região geográfica; redes de relações sociais, etc.) e fatores funcionais (grau de formalidade, registros, etc.)”, o *continuum* de oralidade-letramento, no qual um dos pólos é constituído de atividades de letramento, ou seja, os falantes desse *continuum* ora fazem uso de um linguajar mais cuidado, ora de atividades de oralidade “conduzidas em variedades informais da língua”; e o *continuum* de monitoração estilística, que, grosso modo, se presta à produção de estilos mais monitorados de fala.

Aprofunde seus conhecimentos: Sobre os mecanismos de imposição da língua padrão, estude e discuta os textos encontrados nos seguintes sítios:

http://www.espacoacademico.com.br/057/57res_fiabani.htm

<http://www.espacoacademico.com.br/073/73praxedes.htm>

<http://www.instituto-camoes.pt/CVC/hlp/forum/index.html>



5.5. A Natureza Das Mudanças Lingüísticas



Leia a tradução de Marcos Bagno do texto de David Crystal sobre a mudança lingüística. (The Cambridge Encyclopedia of Language, Cambridge University Press, 1987, pp. 4-5).



a) - Compare as opiniões do autor com as suas próprias e responda: há razão para temer as mudanças na língua?

http://paginas.terra.com.br/educacao/marcosbagno/for_crystal.htm

Para David Crystal (1987), existe uma crença de, ampla repercussão na sociedade, de que a mudança lingüística significa a decadência ou a degradação de uma língua. Essa crença é sustentada pela observação dos conservacionistas de que a língua de hoje já não tem o mesmo padrão de antigamente, especialmente pela influência de línguas estrangeiras como o inglês na fala casual dos jovens, bem como pela escola e meios de comunicação que cometem freqüentes desvios das normas tradicionais da língua.

Para o autor, as críticas à mudança lingüística são infundadas, não apenas porque toda geração experimenta a sensação de deterioração da língua em relação à geração anterior, mas também porque, via de regra, as mudanças lingüísticas atingem partes tão minúsculas em comparação ao que é imutável, que dificilmente qualquer mudança sobressai e se faz notar.

Há, entretanto, casos de mudança que ocorrem com tanta rapidez, que podem provocar problemas de comunicação, levando à ininteligibilidade, a ambigüidades e à divisão social. É preciso, pois, um certo cuidado no interesse de manter a comunicação precisa e efetiva, mas não há razão para o excessivo conservadorismo daqueles que querem “preservar a língua de Camões”. A mudança na língua é, para Crystal, reflexo da mudança na sociedade. Não há como criar políticas que detenham uma ou outra.

“As línguas não se desenvolvem, não progridem, não decaem, não evoluem, nem agem de acordo com nenhuma das metáforas que implicam um ponto final específico ou um nível de excelência. Elas simplesmente mudam, como as sociedades mudam. Se uma língua morre é porque seu status na sociedade se alterou, na medida em que outras culturas e línguas a sobrepujaram: ela não morre porque “ficou velha demais” ou porque “se tornou muito complicada”, como às vezes se pensa.”

Assim, a mudança lingüística é inevitável e raramente previsível, daí a necessidade, segundo Crystal, de se desenvolver uma consciência lingüística e uma maior tolerância com a mudança lingüística, especialmente numa sociedade multiétnica, como é o caso do Brasil.

A política, nesse caso, não é de deter ou controlar as mudanças, mas a de dotar as escolas, e por consequência, a sociedade, do conhecimento necessário para ensinar a variedade padrão, ao mesmo tempo em que reconhece a existência e o valor da diversidade lingüística. Essa política ofereceria “uma alternativa construtiva aos ataques emocionados que são desferidos tão freqüentemente contra o desenvolvimento de novas palavras, significados, pronúncias e construções gramaticais.”

ATENÇÃO! Para realizar as tarefas abaixo você precisa primeiro ler os seguintes textos:

BELINE, Ronald. A variação lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística**. Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p. 121-140

CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística**. Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p. 141-163.



AGORA É SUA VEZ:

- Inicialmente, faça a leitura e fichamento dos dois textos acima.
- Trabalhe em grupo e formule respostas às questões:
 - a) Qual a diferença entre variação e mudança lingüística?
 - b) Em sua comunidade lingüística, observe a fala de um grupo de pessoas e quantifique a porcentagem de apagamento do /r/ no final de verbos no infinitivo. (Confira o exemplo na página 131 do texto sugerido acima).
 - c) Quantifique, do mesmo modo, o uso dos pronomes pessoais (página 132), de acordo com a faixa etária dos falantes observados.
 - d) Observe o uso de ditongos (beijo, queijo, etc). O grupo que você pronuncia com mais freqüência /beiju/ ou /beju/?
 - e) Quantifique o uso das marcas de plural nas palavras, de acordo com a taxa de escolaridade dos falantes observados (confira exemplo na página 137 do texto sugerido)
 - f) Observe os quadros das páginas 153 e 155 do texto sugerido. Você consegue ver o processo de mudança em outras palavras do português (comparando-o a outras línguas românicas)?
 - g) Procure na biblioteca, cartório, museu ou repartições públicas de sua cidade, textos escritos em épocas passadas (início do século XX e século XIX). Que mudanças você percebe no português dessas épocas em relação ao português moderno?



UNIDADE VI

A LINGÜÍSTICA COMO CIÊNCIA

6.1. Estudos Pré-Saussurianos

Leitura obrigatória: WEEDWOOD, Bárbara. A lingüística no século XIX. In *História Concisa da Lingüística*. São Paulo: Parábola, 2002, p. 103-123



REFLEXÃO:

- Após a leitura do texto acima, destaque os pontos que merecem maior aprofundamento.
- Releia o texto, prestando atenção aos pontos que você destacou.
- Agora, prossiga neste capítulo fazendo as leituras abaixo



Apesar de as preocupações com o fenômeno lingüístico ocuparem boa parte do tempo de estudiosos antigos, apenas na passagem do século XVIII para o século XIX a intensificação desses estudos resultou em ações que possibilitaram, já no século XX, a idealização de uma ciência autônoma da linguagem.

Entre as contribuições mais importantes para essa autonomia estão os estudos realizados no século XIX, denominados de Gramática Comparada. Costuma-se chamar de Gramática Comparada o movimento desencadeado pela redescoberta do Sânscrito (língua hindu antiga) entre os anos de 1786 e 1816, que protagonizou uma revolução nos estudos da linguagem por evidenciar relações de parentesco entre o Sânscrito e outras línguas antigas, como o latim, o grego, as línguas germânicas, célticas e eslavas. Este movimento provocou o abandono da discussão em torno de uma língua-mãe, a origem divina de todas as línguas, e instaurou uma preocupação maior sobre a origem da linguagem.

Na verdade, o estudo do sânscrito e de suas relações com as línguas antigas e atuais, foi desencadeado pela obra de Bopp (1816) sobre o sistema das conjugações das línguas indo-europeias que, ao investigar a origem dessas línguas, encontrou um modelo comparativo entre suas gramáticas. A relação entre as gramáticas, proposta por Bopp, baseia-se em elementos puramente lingüísticos na comparação entre as línguas, adotando os métodos das ciências naturais para empreender uma espécie de paleografia das línguas antigas.

O modelo das ciências naturais, notadamente da biologia, utilizado pelo comparativismo para explicar a língua produz a metáfora dos organismos vivos,

ou seja, as línguas seriam organismos que nascem, crescem e morrem, após conhecerem um tempo de perfeição breve, como qualquer ser vivo. Vimos, entretanto, no capítulo precedente que tal metáfora não explica satisfatoriamente o processo de mudança lingüística:

“Se formos usar metáforas para falar da mudança lingüística, uma das melhores é a de um sistema que se mantém num estado de equilíbrio, enquanto as mudanças ocorrem dentro dele. Outra é a da maré, que sempre e inevitavelmente muda, mas nunca progride, enquanto flui e reflui”. (David Crystal. The Cambridge Encyclopedia of Language, Cambridge University Press, 1987, pp. 4-5. Tradução: Marcos Bagno)

Um dos problemas da Gramática Comparada era a falta de simultaneidade cronológica na comparação entre as línguas, não importando se a porção do Sânscrito a ser comparada com o Latim era de um estado daquela língua relativo 1.000 a.C., enquanto que o estado do latim referia-se ao século V de nossa era, o que tornava difícil a demonstração do parentesco entre as línguas.

Seguiram-se, então, alguns estudos comparativos que se ocupavam da seqüência cronológica na investigação das línguas. O escalonamento dos textos analisados pela ordem dos séculos em que ocorreram tornou o trabalho de comparação mais fácil, no entanto, provocou o deslocamento do interesse das investigações das relações de parentesco entre as línguas para o estudo das leis que determinavam a passagem de um dado estado da língua ao estado seguinte.

A gramática comparada tornava-se, pois, o estudo da evolução continua das línguas, o que dava origem à Lingüística Histórica. Esse movimento, que ocorreu entre os anos de 1876 e 1886, contou com a força da Escola do Neo-Gramáticos, corrente de estudos que se propõe a explicar a quase totalidade das transformações lingüísticas por meio da fonética. Entretanto, a História permanece no centro da teoria lingüística como ciência-piloto do século XIX. Em função disso, a concepção da língua como organismo biológico sofre intenso fogo de barragem, especialmente pelo primeiro grande tratado de Lingüística, de Hermann Paul (1880) que afirmou ser a lingüística, assim como outros produtos da civilização humana, uma ciência histórica.



Leitura Complementar: SOUSA, Maria Clara. Lingüística Histórica. In. PFEIFFER, Cláudia & NUNES, José Horta (orgs.) **Linguagem, História e Conhecimento**. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-48.

PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da Lingüística**. Da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 9-42.

6.2. O Curso de Lingüística Geral e A Abordagem Estruturalista da Linguagem.

Leitura obrigatória: WEEDWOOD, Bárbara. A lingüística no século XX. In **História Concisa da Lingüística**. São Paulo: Parábola, 2002, p. 125-155



REFLEXÃO:

- Após a leitura do texto acima, destaque os pontos que merecem maior aprofundamento.
- Releia o texto, prestando atenção aos pontos que você destacou.
- Agora, prossiga neste capítulo fazendo as leituras abaixo



O final do século XIX foi o palco para as idéias revolucionárias de Ferdinand de Saussure que, mesmo concebendo a língua como instituição social, estabelece que a primeira providência de uma ciência autônoma da linguagem é estudar o funcionamento da língua e não sua evolução. Assim, Saussure desconstrói a primazia da lingüística histórica, pondo em seu lugar uma lingüística descritiva.

A nova orientação oferecida por Saussure indica a prevalência do sistema na abordagem descritiva da língua. Em vez de se preocupar com a evolução histórica das línguas, ele passa a priorizar a função que os elementos lingüísticos desempenham dentro de um sistema.

O estudo do comportamento humano perde suas melhores oportunidades quando tenta traçar as causas históricas dos acontecimentos individuais. Em vez disso, ele deve concentrar-se em primeiro lugar nas funções que os eventos têm numa estrutura social geral. Deve tratar os fatos sociais como parte de um sistema de convenções e valores.” (Saussure, 1916, p. 93).

Saussure rompe com seus antecessores imediatos (os comparatistas), rompe com o evolucionismo e privilegia a investigação sincrônica para ter acesso ao sistema. Ilustra o privilégio do aspecto sincrônico da linguagem a metáfora do jogo de xadrez:

“Numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes. Tudo isso se aplica igualmente à língua e consagra a distinção radical do diacrônico e do sincrônico” (Saussure, 1916, p. 104).

Esse novo paradigma metodológico possibilitou a realização de grandes progressos na descrição das línguas, permitiu à lingüística libertar-se da tutela historicista, favorecendo a sua autonomia como ciência, mas tudo isso, segundo alguns de seus críticos, ao alto custo de uma a-historicidade.

6.2.1. Objeto e Método da Lingüística

Da mesma maneira que reserva à diacronia um secundário dentro dos estudos lingüísticos, Saussure defende a idéia de que a fala também constitui um objeto sem grande interesse para o lingüista. Nos termos saussurianos, a fala é heterogênea, multifacetada e assistemática, é a realização concreta, circunstancial e variável da língua. A língua, por sua vez, é conceituada como sendo “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só não pode nem criá-la nem modificá-la”.

Apesar de não afirmar explicitamente que a língua é um sistema abstrato, a noção de sistema de Saussure expressa uma postura abstrata conceitual da língua. Saussure deixa claro que a ciência lingüística só tem acesso ao estágio de ciência na condição de delimitar muito bem o seu objeto de estudo: a língua. Para tanto, a lingüística deve desembaraçar-se dos resíduos da fala.

“A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente [...] Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. A língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos que ouve. A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos perfeitamente assimilá-las o organismo lingüística. A língua, não menos a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo”. (Saussure, 1916, p. 22-23).

A consequência desta posição de Saussure é a exclusão do sujeito falante por parte da lingüística. A descoberta saussuriana de que a língua tem um funcionamento que independe do falante, independe do indivíduo, constitui o ponto chave para a expulsão do sujeito das preocupações científicas com a linguagem. Nesta perspectiva, por detrás da língua não estariam falantes, motivações, etc, estariam outras estruturas. Como já dissemos, Saussure conceitua a língua como sistema e como fato social. É, essencialmente, por ser um sistema auto-suficiente, não por ser social, que a língua independe do indivíduo.

“Na língua só existem diferenças. (...) Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema lingüística, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema. O que haja de idéia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos. A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido modificação” (Saussure, 1916: 139).

O essencial da teoria saussuriana está, portanto, em mostrar que a língua é um sistema de valores constituído não por conteúdos ou produtos de uma vivência, mas por diferenças puras. De fato, Saussure estabelece a idéia de que cada elemento da língua só adquire valor na medida em que se relaciona com o todo de que faz parte. Para ele, não se pode tratar o signo como entidade autônoma, mas deve-se vê-lo como parte de um sistema, onde as distinções é que são importantes e, por tal razão, ele afirma que as unidades lingüísticas têm uma identidade puramente relacional.

Ainda de acordo com Saussure, enquanto todas as inovações da fala permanecerem individuais, não há porque levá-las em conta, pois o objeto de estudo da lingüística é a língua; as inovações da fala só entram no campo de observação do lingüista no momento em que a coletividade as acolhe.

“Tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala. É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso” (Saussure, 1916: 115).

Ao separar a língua da fala, Saussure separou ao mesmo tempo o social do individual, o essencial do acessório. Conforme Dosse (1991), a oposição formulada por Saussure entre língua e fala, entre um código objetivo e a utilização desse código pelos sujeitos, resulta no anti-humanismo teórico, e essa negação do homem (como também da história) vai passar a ser um elemento essencial do paradigma estruturalista, “tudo se passa como se ninguém falasse”. De fato, o estruturalismo caracteriza-se tanto por abstrair a língua da prática social na qual ela se manifesta como por destituí-la de seu caráter histórico, como se a língua estivesse desvinculada da sociedade e imune às contingências do tempo. E como a história SE fizesse, designando este SE algo absolutamente anônimo.

Diante da predileção de Saussure pelo estudo da língua, a lingüística limitou-se ao estudo restritivo do código, separada de suas condições de aparecimento e de sua significação. Assim, Saussure escapa a toda e qualquer correlação entre duas de suas proposições: aquela segundo a qual a língua é um sistema de signos, e aquela segundo a qual a língua é um fato social, privilegiando o signo e não o sentido. Esta opção pelo signo se converterá numa das principais características do paradigma estruturalista e num de seus principais “furos” teóricos. Ao conceber a língua como estrutura, como código, deixa-se de lado o fato de uma palavra ou enunciado poder ter vários sentidos. De Saussure, portanto, decorre o postulado da monofonia.

No entanto, se a postura saussuriana é por definição restritiva, ela se inscreve num projeto muito amplo de construção de uma semiologia geral que integra todas as disciplinas que se interessam pela vida dos signos no seio da vida social:

As categorias saussurianas serviram de instrumento epistemológico ao estruturalismo em geral. Uma vez estabelecidas as regras próprias da lingüística, ela, por seu rigor e seu grau de formalização, arrastou em sua esteira todas as outras disciplinas e fazendo-as assimilar seu programa e seus métodos, mesmo que os diversos trabalhos tomassem certas liberdades com a letra saussuriana a fim de adaptá-la à especificidade de seus respectivos campos. Tornou-se corrente aceitar que tudo funciona mais ou menos como uma linguagem (os sistemas de

parentesco, o inconsciente, a troca de bens, etc). A lingüística, na sua fase pós-saussuriana, serviu de ciência-piloto em domínios variados: na antropologia (Lévi-Strauss), na psicanálise (Lacan), na literatura (Barthes), dentre outros.



Leitura Complementar: PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da Lingüística.** Da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 63-84.

6.3. Panorama Dos Estudos Pós-saussurianos

O Estruturalismo, ao longo do tempo, teve que enfrentar vários limites, especialmente dentro de suas próprias fronteiras. Algumas das críticas ao programa estruturalista incluem a desconsideração que faz dos aspectos cruciais do fenômeno lingüístico, como o papel do sujeito e da fala, como elementos previstos no sistema da língua; a visão reducionista das relações entre Diacronia e Sincronia; o apagamento de fenômenos semântico-textuais no estudo da língua. Críticas mais pesadas acusam o estruturalismo de ser anti-historicista, anti-idealista e anti-humanista.

Em meados do século XX, as descrições produzidas pelo estruturalismo geraram insatisfação em alguns lingüistas formalistas. Sabia-se como eram as muitas línguas; faltava-se saber porque eram assim. Deveria haver um passo além da descrição: a explicação. Só desse modo se poderia falar em teoria lingüística. Iniciava, assim, um novo programa de investigação: a gramática gerativa.

A gramática gerativa, conhecida inicialmente como gramática gerativo-transformacional, desenvolveu-se a partir dos trabalhos do lingüista norte-americano Noam Chomsky e também se insere dentro de uma perspectiva formalista da língua. Uma gramática gerativa não se propõe a ser uma descrição de dados de uma determinada língua, mas uma “teoria que se volta para a forma e o significado das expressões nessa língua”.

A Gramática Universal, na versão gerativa, é uma hipótese para explicar o conhecimento lingüístico que propõe a existência de uma base genética para a faculdade da linguagem. A base genética está representada nos princípios obrigatórios para todas as línguas e nos princípios abertos (ou parâmetros), que a eles se somam. O contato com os dados encontrados no ambiente desencadeia na mente/cérebro da criança um processo que resultará numa gramática particular, ao serem estabelecidos os valores para cada parâmetro. Os parâmetros representam o mecanismo que leva à seleção da gramática da língua materna, dentre muitas gramáticas possíveis com base numa faculdade universal que todo o indivíduo teria ao nascer. Em outras palavras, a criança desenvolve uma língua como o resultado de um severo processo de restrições das muitas possibilidades que lhe estariam disponíveis ao nascer.

O enfoque gerativista assume que uma língua não é aprendida. A linguagem não se constitui num hábito que alguém ou a sociedade ensina a um ser que não possui qualquer habilidade especial para isso e que aprende uma língua por um misterioso mecanismo de imitação. Ao contrário: o organismo humano já nasce

preparado para, a partir da exposição a uma língua, selecionar as características nela presentes, e daí desenvolvê-la. Por essa razão, qualquer criança domina sua língua nativa tão rapidamente – mesmo aquela que, portadora de deficiências mentais, nunca alcançarão grandes progressos escolares. Esta visão tem levado a compreender as línguas naturais como epifenômenos, isto é, como resultado accidental da interação de vários princípios independentes.

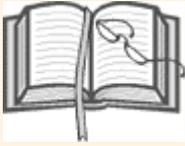
Tal concepção de linguagem coincide apenas em parte com aquela que podemos encontrar em textos mais antigos de lingüística. Como termo técnico da lingüística, o termo linguagem esteve sempre restrito apenas à faculdade humana. No entanto, lingüistas estruturalistas, como o brasileiro J. Mattoso Câmara Jr., embora definissem a lingüística como a ciência da linguagem, não se interessavam propriamente pela linguagem, mas pelas línguas, uma vez que estas concretizavam os diferentes sistemas de comunicação humana. Para a lingüística estrutural não interessa, a rigor, a linguagem em si mesma, considerada como uma faculdade abstrata do homem. O seu objeto é o estudo dos sistemas de linguagem, ou línguas, as quais podemos assim definir: conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social, a fim de permitir o exercício da linguagem por parte do indivíduo.

A lingüística estrutural partiu da hipótese de que as línguas podem diferir entre si sem limites e de modos imprevisíveis, uma vez que aprender uma língua era formar hábitos por meio de mecanismos de imitação. O interesse e a relevância em se pesquisar uma gramática universal inexistem nesse período.

Para o gerativismo, a competência gramatical ou conhecimento da gramática ou sistema computacional ou língua-I é exclusivamente humano. É ele que permite ao indivíduo criar e compreender um número infinito de frases de sua língua. Um indivíduo que sabe a sua língua é aquele que alcançou o estágio relativamente estável da faculdade da linguagem. Esse estágio estável é também chamado conhecimento lingüístico. No gerativismo, ao se focalizar uma língua como conhecimento lingüístico, passa-se também a concebê-la como um fenômeno individual e não social. Para o estruturalismo, a língua provém de um corpo social.

A competência gramatical é apenas um dos módulos do conhecimento lingüístico, aquele que lida com as estruturas gramaticais que podem existir numa língua. Ficam de fora dessa perspectiva, aspectos relevantes para a pesquisa sobre o funcionamento de uma língua, como, por exemplo, o conhecimento que os membros de uma comunidade têm das regras que tornam o uso lingüístico adequado às diferentes situações sociais. Numa proposta funcionalista são os aspectos comunicativos e sociais que recebem a ênfase da análise.

Na gramática gerativa, para explicar o porquê de a gramática daquela língua se apresentar de tal ou qual modo, o lingüista deve esclarecer de que maneira ela concretiza possibilidades previstas pela GU, de que modo os princípios da GU interagem com os dados, fixando determinados valores para parâmetros que, inicialmente, estariam em aberto para a criança. Se todos os seres humanos têm cérebros relativamente semelhantes e se todos podem ter como língua materna, em princípio, qualquer das línguas humanas, deve haver algo de comum a todas as línguas, apesar das diferenças óbvias entre elas. Ao conseguir fazer tal relação diz-se de seu trabalho que alcançou a adequação explicativa. Essa é a razão de se afirmar que o objetivo da gramática gerativa é o de construir uma teoria sobre a faculdade da linguagem e não “apenas” descrever as línguas do mundo.



Leitura Complementar: PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da Lingüística.** Da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 147-172.



ATENÇÃO!

As teorias da Lingüística serão exploradas nos próximos fascículos do curso. Por enquanto, nos basta ter uma visão panorâmica do tratamento dado aos fenômenos da língua



AGORA É SUA VEZ: Agora é a sua vez de revisar o que estudou até agora. Releia os textos sugeridos, os resumos e fichamentos que você elaborou, bem como as discussões que fizemos aqui e escreva suas impressões sobre a disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael & GAGNÉ, Gilles. **Língua Materna.** Letramento, Variação & Ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística.** Vol. 1 Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da lingüística.** Da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006

PFEIFFER, Cláudia Castellanos & NUNES, José Horta (orgs.) **Introdução às Ciências da Linguagem.** Linguagem, História e Conhecimento. Campinas: Pontes Editores, 2006.

WEEDWOOD, Bárbara. **História Concisa da Lingüística.** Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002